



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS CERRO LARGO**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**RAQUEL JAÍNE HARTMANN**

**A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NOS  
MUNICÍPIOS DO COREDE MISSÕES/RS**

**CERRO LARGO/RS**  
**2019**

**RAQUEL JAÍNE HARTMANN**

**A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NOS  
MUNICÍPIOS DO COREDE MISSÕES/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau de  
Bacharelado em Administração da Universidade  
Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Dionéia Dalcin

**CERRO LARGO/RS**

**2019**

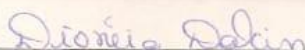
RAQUEL JAÍNE HARTMANN

**A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS DO PROGRAMA NACIONAL  
DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NOS  
MUNICÍPIOS DO COREDE MISSÕES/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

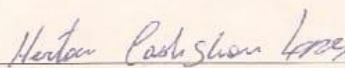
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em: 12/11/2019.

BANCA EXAMINADORA:

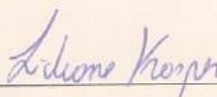


Prof. Dr. Dionéia Dalcin – UFFS

Orientador



Prof. Dr. Herton Castiglioni Lopes – UFFS



Me. Lidiane Kasper

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Hartmann, Raquel Jaíne  
A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E CONTRATOS DO PROGRAMA  
NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
(PRONAF) NOS MUNICÍPIOS DO COREDE MISSÕES/RS / Raquel  
Jaíne Hartmann. -- 2019.  
87 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Dionéia Dalcin.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Administração, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Investimento. 2. Custeio. 3. Produtos. I. Dalcin,  
Dionéia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço as três pessoas mais importantes da minha vida, meus pais Luis e Rozane e meu irmão Luciano. Com o apoio de vocês, tudo se tornou mais fácil durante esses 4 anos de graduação, por isso, essa conquista é nossa! Meu amor e gratidão por vocês, é do tamanho do mundo.

Agradeço ao meu namorado Alexandre, por todo apoio e incentivo sempre! Obrigada por estar sempre ao meu lado, nos momentos bons e nos ruins.

A minha orientadora Prof. Dra. Dionéia Dalcin, pela confiança em mim depositada para a realização desse trabalho, todo apoio, auxílio e incentivo. Grata por ter dividido comigo sua experiência e sabedoria.

A todos os professores do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus Cerro Largo, por todos ensinamentos repassados em sala de aula. Agradeço também, a todas as pessoas que de uma ou outra forma, fizeram parte dessa caminhada, tornando o período da minha graduação muito especial e feliz.

## RESUMO

A agricultura familiar passou a ser reconhecida a partir da década de 1990, onde as precárias condições sociais e trabalhistas dos pequenos produtores exigiam a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas as suas especificidades. Diante dessa necessidade, originou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, com o intuito de financiar projetos para os agricultores familiares. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar as captações dos recursos e características dos contratos do Pronaf nos municípios do Corede Missões/ RS (2013-2018). A metodologia adotada neste trabalho é do tipo quantitativa e descritiva. A coleta de dados para a realização deste estudo, foi feita através da Matriz de Dados de Créditos Rurais, disposta no site do Banco Central do Brasil, referente ao período de 2013-2018. Os principais resultados demonstram que foram captados cerca 77 mil contratos e aproximadamente 1,3 bilhões de reais em custeio, nas atividades agrícola e pecuário, no qual os principais produtos captados foram grãos e bovinos, com destaque para os municípios de Giruá e São Paulo das Missões. Em relação a modalidade de investimento, nas atividades agrícola e pecuário, foram captados em torno de 16 mil contratos e aproximadamente 610 milhões de reais, onde os principais produtos captados foram bovinos e máquinas e implementos, destacando-se os municípios de Porto Xavier e Giruá. Desse modo, retrata-se o Pronaf como uma política pública que vem favorecendo o Corede Missões, principalmente no custeamento produtivo, no plantio de grãos, compra de bovinos e máquinas.

Palavras-chave: Investimento. Custeio. Produtos.

## **ABSTRAT**

Family farming began to be recognized from the 1990s, where the precarious social and labor conditions of small producers required state intervention in the construction of public policies appropriate to their specificities. Given this need, the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf), created in 1996 through the Secretariat of Family Farming, originated in order to finance projects for family farmers. In this sense, the objective of this study is to analyze the fundraising and characteristics of Pronaf contracts in the municipalities of Corede Missões / RS (2013-2018). The methodology adopted in this work is quantitative and descriptive. Data collection for this study was done through the Rural Credit Data Matrix, available on the Central Bank of Brazil website, for the period 2013-2018. The main results show that approximately 77 thousand contracts and approximately 1.3 billion reais were funded in agricultural and livestock activities, in which the main products obtained were grains and cattle, especially the municipalities of Giruá and São Paulo. Missions Regarding the type of investment, in the agricultural and livestock activities, around 16 thousand contracts and approximately 610 million reais were raised, where the main products obtained were cattle and machinery and implements, especially the municipalities of Porto Xavier and Giruá. . Thus, Pronaf is portrayed as a public policy that has been favoring Corede Missões, mainly in productive costing, grain planting, cattle and machinery purchases.

Keywords: Investment. Costing. Products.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Conselho Regional de Desenvolvimento Missões. ....	32
--	----



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Contratos captados por cada município para custeio agrícola no período estabelecido. ....	40
Gráfico 2- Valor total captado de 2013 a 2018 em custeio agrícola. ....	41
Gráfico 3- Contratos captados por cada município para custeio pecuário no período estabelecido. ....	47
Gráfico 4 - Valor total captado de 2013 a 2018 em custeios pecuários. ....	48
Gráfico 5 -Contratos captados por cada município para investimento agrícola no período estabelecido. ....	52
Gráfico 6-Valor total captado entre 2013 e 2018 em investimento agrícola. ....	53
Gráfico 7 - Contratos captados por cada município para custeio investimento pecuário no período estabelecido ....	60
Gráfico 8- Valor total captado entre 2013 e 2018 em investimento pecuário. ....	61

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	27
Quadro 2- Linhas de Crédito do Pronaf.....	28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em custeio agrícola. ....	43
Tabela 2 - Valor captado por cada produto do custeio agrícola entre 2013 e 2018 ..	44
Tabela 3 - Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em custeio pecuário.....	49
Tabela 4 - Valor captado por cada produto do custeio pecuário entre 2013-2018....	49
Tabela 5 - Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em investimento agrícola. ....	54
Tabela 6- Valor captado por cada produto do investimento agrícola entre 2013-2018 .....	55
Tabela 7 -Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em investimentos pecuários.....	63
Tabela 8 - Valor captado por cada produto do investimento pecuário entre 2013 e 2018. ....	64

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS .....	16
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>16</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>17</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	17
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO .....	19
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
2.1	A AGRICULTURA E SUAS DISTINÇÕES .....	21
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS DESENVOLVIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR .....	23
2.3	PRONAF- CARACTERÍSTICAS, LINHAS DE CRÉDITO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATOS E RECURSOS .....	26
2.4	COREDE MISSÕES.....	31
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>36</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	36
3.2	POPULAÇÃO E COLETA DOS DADOS .....	37
3.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	38
3.4	ÉTICA NA PESQUISA.....	38
<b>4</b>	<b>O PRONAF NO COREDE MISSÕES</b> .....	<b>39</b>
4.1	QUANTIDADE, PRODUTOS E VALOR DOS CONTRATOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA E PECUÁRIO .....	39
4.1.1	<b>Custeio agrícola</b> .....	<b>39</b>
4.1.2	<b>Custeio pecuário</b> .....	<b>46</b>
4.2	A QUANTIDADE, PRODUTOS, VALOR DOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO.....	51
4.2.1	<b>Investimento agrícola</b> .....	<b>51</b>
4.2.2	<b>Investimento pecuário</b> .....	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>67</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>
	<b>APÊNDICE A – TABELA DE CONTRATOS INVESTIMENTO PECUÁRIO</b> ....	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE B – TABELA DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA</b> .....	<b>79</b>
	<b>APÊNDICE C – TABELA DE CONTRATOS DE CUSTEIO PECUARIO</b> .....	<b>80</b>

<b>APÊNDICE D – TABELA DE CONTRATOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE E – TABELA CUSTEIO PECUÁRIO .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE F – TABELA CUSTEIO AGRÍCOLA .....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE G – TABELA INVESTIMENTO AGRÍCOLA.....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE H – TABELA INVESTIMENTO PECUÁRIO .....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de agropecuária é utilizado para designar a pecuária e a agricultura, sendo que a pecuária está diretamente ligada a criação de animais e a agricultura, as técnicas no cultivo de plantas e hortaliças. Normalmente, as atividades agropecuárias são desenvolvidas por pequenos produtores, que fazem a junção entre pecuária e a agricultura com a finalidade de produzir alimentos. Ainda em relação a agricultura, era vista como uma forma de obtenção de produtos alimentícios, hoje, tem servido como fomento no fornecimento de energia, matéria-prima para roupas, medicamentos, ferramentas e inúmeras outras finalidades (EMBRAPA, s.d).

Segundo Kageyama (2008), a agricultura está dividida em dois segmentos: o patronal, também conhecido como agronegócio, e o familiar. A agricultura patronal, é voltada para a mão de obra assalariada, no qual o trabalhador não é o proprietário das terras e, a familiar, onde o gerenciamento da propriedade e a realização das atividades é feito por um grupo familiar, podendo ele ser ou não o proprietário da terra.

Atualmente, o debate sobre a agricultura familiar vem adquirindo autenticidade em âmbito social, político e acadêmico no Brasil. Para Schneider e Cassol (2013), o conceito de agricultura familiar pode ser entendido como um grupo social que é constituído por pequenos proprietários de terra que utilizam sua força de trabalho, bem como, a mão de obra dos integrantes de suas famílias, com o propósito de gerar produtos para autoconsumo e para a comercialização, encontrando-se em pequenas comunidades ou vilarejos rurais. Conforme a Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é considerado agricultor e empreendedor familiar, o produtor que atende aos requisitos de não possuir área maior de quatro módulos fiscais, que utilize mão-de-obra predominantemente da família, tenha um percentual mínimo de renda promovida pelas atividades exercidas na propriedade ou empreendimento familiar e, que dirige e gerencia sua propriedade com a família (BRASIL, 2006)

No entanto, apesar de sua notável importância nos dias atuais, a agricultura familiar passou a ser reconhecida a partir da década de 1990, onde, segundo Balsan (2001), colocou-se como o centro da discussão sobre a agricultura brasileira, introduzindo-se tanto na mídia como nas intenções de políticas públicas. A representatividade da agricultura familiar passou a ser compreendida, segundo

Buaianain et al (2005), em virtude de que, nos anos entre 1995 e 1996, os estabelecimentos categorizados a agricultura familiar, já correspondiam a 85, 2% do total de empreendimentos rurais, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares, o que equivalia a 30,5% da área total. No ano de 2009, de acordo com o IBGE (2009) a agricultura de base familiar representava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupando 24,3% da área e, possuindo, em média, 18,37 hectares, ao passo que, a agricultura não familiar, detinha os 75,7% restantes da área, possuindo em média 309,18 hectares.

As políticas públicas, são ações criadas pelos governos para atender às necessidades e interesses da sociedade. Para Marques, Siedenberg e Santos (2008), as políticas públicas têm em vista satisfazer as demandas, em especial, das esferas sociais que costumam ser excluídas, ou vulneráveis. As reivindicações são analisadas pelos governantes, no entanto, são decorrentes da pressão e mobilização coletiva. Um estudo de Grisa e Schneider (2015), relata que a partir do reconhecimento da agricultura familiar, tornaram-se ainda mais visíveis as precárias condições sociais e trabalhistas dos pequenos produtores e, cada vez mais, se evidenciou a indispensabilidade da intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas as suas especificidades.

Como consequência da necessidade de políticas voltadas a agricultura familiar, desponta o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), tendo por objetivo financiar projetos para os agricultores (BATISTA; NEDER, 2014). Os autores ainda destacam que o programa buscava atender às necessidades dos agricultores familiares, a fim de aprimorar suas propriedades e técnicas de trabalho, considerando que a escassez de recursos e a baixa produtividade não lhes permitia investimentos em modernização diante aos preços estipulados pelo mercado.

Segundo informações do Banco Central do Brasil (2017), o Pronaf preocupa-se em auxiliar os agricultores, destinando-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, a partir do investimento em modernização, capitalização em cooperativas e industrialização própria ou de terceiros. Projetos e atividades que antes não podiam ser desenvolvidas pela falta de recursos e linhas de crédito. Para Schneider, Mattei e Cazella (2004), a criação deste programa demonstra a autenticação do Estado diante às peculiaridades de um novo grupo social – os agricultores familiares – que até então eram vistos como pequenos agricultores ou

produtores de baixa renda. Assim, o Pronaf posiciona-se como promotor do reconhecimento dessa categoria, favorecendo na conjuntura econômica e social dos agricultores, através das adequações constantes do programa. De acordo com Benatti e Buainain (2017), o Pronaf é hoje um dos principais programas voltados à agricultura familiar no Brasil e apresenta oportunidades de financiamentos para diversas modalidades e produtos.

Tendo em vista as observações a respeito da caracterização do Pronaf, o Banco Central do Brasil (2017), demonstra que o programa conta com 12 linhas de crédito que permitem ampliar a produção, modificar e modernizar as atividades, além de incentivar o constante desenvolvimento rural por meio de financiamentos de investimento, custeio e comercialização. Dessa forma, o autor ainda destaca que, o Pronaf Custeio tem por finalidade a aquisição de sementes, fertilizantes, defensivos, vacinas, ração e outros produtos essenciais a produção, seja ela agrícola ou pecuária. Em outras palavras, o Pronaf custeio é destinado ao financiamento de práticas agropecuárias e não agropecuárias, a operacionalização e venda da própria produção ou de terceiros, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. O Pronaf investimento, é exclusivo ao financiamento de itens associados com a implantação, ampliação ou modernização das atividades de produção, de armazenamento, logística ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, na propriedade ou estabelecimento rural, sendo vulnerável ao financiamento de equipamentos e programas de informática pensados para melhoria do gerenciamento dos empreendimentos rurais.

Nesse contexto, o Pronaf foi criado para promover o desenvolvimento rural, de forma que fosse possível amenizar as desigualdades regionais e entre os tipos de agricultores. Porém, conforme Souza et al. (2013), apesar de representar uma grande conquista do segmento familiar, o Pronaf não tem conseguido eliminar as desigualdades regionais, e acaba por favorecer a agricultura familiar em alguns segmentos e locais específicos, como por exemplo, a região Sul. Os dados da análise realizada por Brambilla e Michellon (2017), demonstram que até o censo agropecuário de 2006, a região sul recebeu mais recursos que as demais, ou seja, obteve 41% do valor repassado, enquanto, a segunda com maior valor recebido é a região Nordeste com 26%; a terceira região que mais ganhou recursos, é região Sudeste com 19% do valor; a quarta com o maior valor é a região Norte com 8% e a região que obteve o menor repasse foi o Centro-Oeste, com 6% do valor total repassado.



Dentro da temática de distribuição dos contratos e recursos do Pronaf, considerando a captação de fundos pelo Rio Grande do Sul, um estudo realizado por Dalcin et al. (2017), buscou analisar a captação de recursos e contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do estado do Rio Grande do Sul. Nesse estudo foi possível identificar os Coredes que se destacam em termos de contratação e recursos e, observou-se que dos 28 Coredes no RS, nove obtém aproximadamente 60% do montante total de recursos do estado, sendo eles, respectivamente: o Corede Norte, Fronteira Noroeste, Rio da Várzea, Serra, Nordeste, Alto do Jacuí, Missões, Celeiro e Produção.

Diante disso, ressalta-se que dentre as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, o Pronaf se destaca como a mais promissora e abrangente quando se trata da destinação de recursos. Dessa forma, o tema da pesquisa é definido como a distribuição dos recursos e contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios do Corede Missões.

Deste modo, tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Como se dá a distribuição dos recursos e contratos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar nos municípios do Corede Missões/RS?

## 1.1 OBJETIVOS

Os objetivos demonstram a finalidade e a importância de um estudo. A partir deles, se estipula a meta que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa. São os objetivos que demonstram o que um pesquisador deseja realizar e de que forma deve proceder em relação ao estudo, uma vez que, auxiliam a apontar os aspectos metodológicos e como estes devem ser executados.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as captações dos recursos e características dos contratos do Pronaf nos municípios do Corede Missões/ RS (2013-2018).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar a quantidade e valor dos contratos de custeio por município e produto, nas atividades agrícola e pecuária, no Corede Missões.
- Identificar a quantidade e valor dos contratos de investimento por município e produto, nas atividades agrícola e pecuária, no Corede Missões.
- Comparar a quantidade, valor dos contratos e produtos entre os municípios do Corede Missões.

### 1.2 JUSTIFICATIVA

A temática abordada é conveniente ao estudo por discorrer da realidade de um grupo social que vem alcançando seu reconhecimento gradativamente ao longo dos anos. A agricultura familiar, segundo Henig e Santos (2016), menosprezada por muito tempo, assume agora um papel de notoriedade no segmento produtivo por gerar emprego e renda, contribuindo para a fixação da população no meio rural. Desse modo, um dos fatores que definem a agricultura familiar é o tipo de mão-de-obra empregada nas propriedades rurais. Os autores Camargo e Oliveira (2010), destacam que a necessidade de contratação de força de trabalho complementar a da família pode variar de um empreendimento para outro, sendo capaz de gerar oportunidades empregatícias, garantindo a sustentabilidade e permanência das pessoas no meio rural.

O desenvolvimento da agricultura familiar deu-se, em parte, com o surgimento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, estimulador do crescimento e progresso das famílias ligadas a agricultura familiar. Para Gomes e Ferreira (2006), o Pronaf é extremamente relevante para o pequeno agricultor, pois através dos recursos disponibilizados por ele, a unidade familiar é capaz de diversificar sua produção e aprimorar as técnicas de trabalhos, facilitando as atividades diárias.

Desse modo, o Pronaf foi desenvolvido com diferentes linhas de crédito, a fim de abranger o maior número possível de agricultores familiares, ou seja, além de linhas de financiamentos próprias para o custeio agrícola e para investimento nas propriedades, formularam-se, ao longo do tempo, linhas especiais para que o público diversificado tivesse acesso a meios de modificar a produtividade: Pronaf Mulher;

Pronaf Semiárido; Pronaf Pesca, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia; Pronaf agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf floresta, Pronaf cota-parte e microcrédito rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018a), até o presente momento, o Pronaf provocou uma verdadeira mudança em mais de 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais, conquistada através da amplitude e diversidade de linhas de crédito, capazes de auxiliar nas inúmeras atividades desenvolvidas pelo setor da agricultura familiar, sem restrições de gênero e idades, sendo disponibilizado inclusive, para jovens.

A amplitude do Pronaf, além de ser observada na concepção de suas linhas de crédito é percebida também na distribuição dos recursos, tendo o alcance de todos os estados do Brasil. Em 20 anos de criação do Pronaf, segundo Bianchini (2015), esse se posicionou como uma política de crédito presente em todo o território nacional, materializando aproximadamente 2 milhões de contratos, conseguindo atingir mais de 1 milhão de famílias por ano safra, com cerca de 3,5 milhões de contratos ativos, R\$56 bilhões aplicados, atingindo em torno de 2,5 milhões nos 4.963 municípios rurais brasileiros.

Para Bianchini (2015), apesar da evolução do Pronaf nas diferentes regiões do país, o volume de recursos continua desigual, abrangendo em especial a Região Sul. Um exemplo da má distribuição dos recursos, pode ser analisado na safra 2014/2015, onde dos R\$23,95 bilhões aplicados, a Região Sul captou 50% dos recursos, realizando 28% do total de contratos, seguido da Região Sudeste que tem absorvido, mais ou menos, 20% dos recursos em 15% dos contratos realizados. Ainda segundo o autor, a Região Nordeste tem aplicado 15% do volume de recursos e realizado 49% do número de contratos. A Região Norte, apresenta em média 7% do volume de recursos, para 5% dos contratos realizados e, na Região Centro-Oeste, o volume de recursos aplicados tem ficado em 8% e o de contratos em 3%. Ao se tratar dessa distribuição de recursos, Dalcin et al (2017), ressalta que a região Sul foi e continua sendo a região que mais aproveita os recursos do programa, especialmente o estado do Rio Grande do Sul, onde nove Coredes (entre eles, o Corede Missões) captam cerca de 60% do volume total de recursos destinados ao estado.

Desse modo, escolheu-se estudar o Corede Missões, que é um dos 28 Coredes do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2013) e, entre 2013 e 2016, captou um total de 66.361 contratos do PRONAF, sendo o 7º maior Corede em relação a captação de recursos para o período (R\$ 1.276.447.041,47) (BANCO CENTRAL DO BRASIL,

2017). Em complemento, segundo FEE (2015), o Corede possui como base econômica à agropecuária, com pouca participação da indústria. Em relação a agropecuária, destacam-se a criação de bovinos, suíno, o cultivo do milho, do trigo e da mandioca. A indústria, que se apresenta pouco significativa, está ligada ao beneficiamento de produtos primários. Outro importante ativo da região é o turismo histórico e cultural. Em 2012, o Corede Missões apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, o que representava 1,6% do total do Estado. O PIB *per capita* era de R\$ 18.581,00, abaixo da média do Estado (R\$ 25.779,00), o que o colocava na décima nona posição entre os 28 Coredes (FEE, 2015).

No que diz respeito ao âmbito acadêmico, este estudo poderá ser utilizado como fonte de consulta para estudantes que buscam entender de que forma se dá a distribuição dos contratos e recursos do Pronaf nos municípios do Corede Missões. Além disso, procura-se levar informação em relação ao programa, para que conheçam as oportunidades oferecidas, através de linhas de crédito e formas de financiamento, pensando sempre em maneiras de promover o desenvolvimento e reconhecimento dessa classe social, que é responsável por parte da produção de alimentos e matérias-primas.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo está subdividido em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo denominado como introdução, traz uma breve análise contextual em relação ao assunto abordado, trazendo os principais pontos que compõem este estudo. Neste mesmo capítulo, estão as sessões de tema e problema do trabalho, assim como os objetivos (geral e específicos), e a justificativa, que fundamenta a importância do estudo para a sociedade de forma geral e para fins acadêmicos. Já o segundo capítulo, é designado ao referencial teórico, onde são abordadas discussões realizadas por outros autores em relação ao assunto tratado, servindo como embasamento para o desenvolvimento para tema determinado. Este capítulo apresenta quatro sessões: A Agricultura e suas Distinções, Políticas Públicas Agrícolas e Agrárias desenvolvidas para a Agricultura Familiar, Pronaf-características, linhas de crédito e distribuição de recursos e Corede Missões,

respectivamente, que darão o fundamento teórico para todos os elementos abordados.

O terceiro capítulo, aborda a etapa do trabalho em que explana a metodologia de pesquisa, ou seja, as técnicas e os instrumentos utilizados para o melhor desempenho e qualidade do trabalho. No capítulo referente a metodologia, estão os esclarecimentos a respeito do tipo de pesquisa, a população estudada, como procederá a coleta dos dados e, o modo como esses dados serão analisados.

O Capítulo quatro, é designado para a análise dos resultados, etapa esta em que os dados coletados na pesquisa são discutidos e comparados, de forma que apresentem resultados e informações em relação ao tema estudado. A primeira seção é responsável por caracterizar a modalidade de custeio, nas atividades agrícola e pecuária, demonstrar os principais produtos financiados, além de identificar a quantidade e valor dos contratos custeados nos municípios do Corede Missões. A segunda seção, é destinada a apresentar a quantidade e o valor dos contratos captados pela modalidade investimento, nas atividades agrícola e pecuária, pelos municípios do Corede Missões, destacar as funcionalidades e indicar os itens financiados.

O Capítulo cinco, em relação as considerações finais, retoma os objetivos estabelecidos para a realização da pesquisa, observando se estes foram atingidos, através da apresentação dos principais resultados encontrados, demonstrando o que estes representam e concluem. Ainda, são expostas neste capítulo as limitações que ocorreram no decorrer da pesquisa, como também, sugestões para possíveis futuros trabalhos na área.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira trata sobre conceitos de Agricultura e, as próximas seções abordam os temas: Políticas Públicas Agrícolas e Agrárias desenvolvidas para a Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: características, linhas de crédito e distribuição dos recursos e, o Corede Missões.

### 2.1 A AGRICULTURA E SUAS DISTINÇÕES

O surgimento da agricultura, segundo Oliveira Junior (1989), pode ser visto como um elemento fundamental no desenvolvimento da humanidade. Os traços históricos relatam que o homem passou da caça e pesca para atividades agrícolas, a partir do princípio de suprir suas necessidades. Desse modo, a agricultura é definida como a lavoura ou o cultivo da terra, englobando todas as práticas relacionadas com o tratamento do solo e a plantação de vegetais. Na atualidade, um termo utilizado para descrever a agricultura, é multifuncionalidade, que, segundo Fernandes (2015), segue a lógica de que a agricultura não se limita unicamente à sua função originária, de produção de alimentos e de matérias primas, mas sim, que exerce inúmeras atribuições como a garantia, em parte, da segurança alimentar, proteção ambiental, além da criação de empregos, gestão dos empreendimentos rurais e dos recursos naturais. O autor complementa que as inúmeras atividades e estratégias encontradas nas unidades de produção agrícola familiar representam o “novo”, ou seja, a junção das atividades agrícolas e do trabalho não agrícola, simboliza a ocorrência da pluriatividade e surge como uma forma para os agricultores permanecerem no campo, reproduzindo-se socialmente.

O conceito da agricultura pode ser dividido em dois grupos, o da agricultura patronal e da agricultura familiar. A agricultura patronal ou agronegócio, pode ser caracterizada como uma forma de agricultura que está voltada ao mercado internacional de commodities agropecuárias (DANTAS, 2013). Além disso, detém-se normalmente de grandes propriedades de terra, onde as atividades normalmente são realizadas por empregados. Esse tipo de agricultura, conta com recursos avançados de produção, desenvolvendo sistemas produtivos agroindustriais altamente tecnológicos, com excelentes infraestruturas de transportes, armazenagem e

produção (KAGEYAMA, 2008). Já a agricultura familiar recebeu várias definições, sendo caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza. Concomitante a isso, para Soares, Melo e Chaves (2009) a agricultura familiar pode ser determinada como a ligação das unidades produtivas agropecuárias com utilização da economia familiar, integrando-se de práticas realizadas em pequenas e médias propriedades. Ainda, conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultores familiares são aqueles que desenvolvem atividades em estabelecimentos cuja área não exceda ultrapasse quatro módulos fiscais, administrados pela própria família, realizam os trabalhos com mão-de-obra predominantemente familiar, e cuja renda deve, maioritariamente, originar-se dessas atividades (BRASIL, 2006).

Para Wienke (2017), por muitos anos a agricultura patronal sobressaía- se em relação a agricultura familiar, ocupando maior espaço e importância no mercado, uma vez que, a agricultura familiar era menosprezada e pouco significativa aos olhos do Estado. No entanto, o autor salienta que a partir da década de 1980, os debates em relação agricultura familiar no Brasil ganham destaque, com o surgimento de grupos sociais que passam a demandar políticas públicas voltadas para a pequena agricultura. É a partir desse momento, que ocorrem importantes alterações, consolidando a agricultura familiar como categoria específica.

As políticas públicas foram criadas para auxiliar os agricultores na compra e manutenção das terras, na modernização do trabalho e implantação de novas técnicas, facilitando o trabalho dos pequenos produtores e suas famílias, prezando sempre pela produção de alimentos, de forma a garantir a sobrevivência no campo, contribuindo para a permanência dos jovens nas propriedades rurais e, colaborando para a sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Assim, com o desenvolvimento e reconhecimento da agricultura familiar e a efetivação de políticas públicas para esse grupo social, surgem as seguintes ideias: a) o Estado sozinho, não consegue garantir o bem social; b) a participação social no processo de criação e implantação das políticas públicas, aumenta os benefícios trazidos pelas políticas (MULLER, 2007).

Ao longo dos anos, por sua vez, foram desenvolvidas diversas políticas públicas que voltaram-se ao segmento rural. Cada uma delas, com seus respectivos focos de atuação e configurações institucionais, as diferentes maneiras de inserção e favorecimento nas propriedades rurais, e as diversas formas como estas se tornaram

apropriadas nos espaços que foram inseridas, fizeram com que a agricultura familiar do Brasil, se posicionasse no ano de 2018, como a 8ª maior produtora de alimentos do mundo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2018b). Desse modo, enfatiza-se a grande evolução da agricultura familiar que, em passos lentos e com o auxílio de políticas públicas, vem, cada dia mais, mostrando sua originalidade e importância para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS DESENVOLVIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de Políticas Públicas surge, segundo Benedito e Menezes (2013), nos Estados Unidos mudando o pensamento das ciências sociais em relação ao funcionamento do Estado. As análises tratavam dos problemas das instituições estatais, no entanto, não ofereciam uma solução ou rumo as ações que o Estado deveria tomar para acabar com as dificuldades. Concomitante a isso, os autores trazem um conceito breve sobre a definição de políticas públicas, como sendo a gestão pública sobre problemas sociais. Para eles, o Estado é visto como o local de autenticação, debate e resolução dos problemas existentes e a política pública é encarregada a identificar, planejar e solucionar os problemas através de uma estratégia que envolva sociedade e Estado.

Partindo da intervenção do Estado nas questões sobre a evolução das políticas agrícolas no Brasil, percebe-se que havia preocupação em desenvolver e modernizar as práticas agrícolas com intuito de aumentar a produtividade e ascender a economia. É nessa perspectiva que se analisa a evolução das políticas públicas ligadas a agricultura, onde, de acordo com Grisa e Schneider (2015), as décadas de 1960 e 1970 são registradas como importantes fases da interferência do Estado na agricultura e no meio rural. Ainda segundo os autores, as políticas públicas criadas neste período buscavam favorecer o trabalho dos agricultores, introduzindo mecanismos tecnológicos e novas práticas produtivas e econômicas associadas as indústrias e aos mercados. As políticas de modernização e os projetos de desenvolvimento rural integrado, foram precursores deste processo. Nas décadas de 1980 e 1990, com o ajuste estrutural e o neoliberalismo, a atuação do Estado e das políticas públicas são alteradas, ganhando exercício do mercado e da sociedade no desenvolvimento.



Cazella et al (2016), relata que foi a partir da metade dos anos de 1990, que o Brasil iniciou a elaboração de políticas públicas voltadas diretamente a agricultura familiar. Esse fato associou-se a mobilização de empreendedores rurais e ao acúmulo de estudos que demonstraram a importância socioeconômica desse grupo social. O apoio do Estado às unidades agrícolas familiares, aliada aos movimentos de pressões sociais pela reforma agrária e por políticas destinadas especificamente a agricultura familiar, esclarece o fato de o Brasil estar entre as exceções no que se refere a países que apresentavam dois ministérios dedicados ao gerenciamento de políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola. Ainda, conforme o autor, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, coordenaram as políticas fundiárias e apoiaram a agricultura familiar.

Desde então, diversas políticas públicas voltadas a agricultura familiar, foram criadas, com ênfase, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa de crédito que disponibiliza financiamentos pensando no desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, dando auxílio e suporte na execução das atividades agropecuárias, compra de equipamentos e aumento da renda e da qualidade de vida no campo; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que leva assistência técnica aos empreendimentos e propriedades rurais, melhora os processos no trabalho e no dia a dia dos agricultores. Criou-se também, no ano de 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, o Programa de aquisição de alimentos (PAA), sendo uma das ações do programa Fome Zero, do governo federal, que procura garantir o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social das atividades do campo, fortalecendo a agricultura familiar.

Em vista disso, ainda conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), desenvolveu-se também, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecido pela Lei n. 11.947/2009, que presume a compra de pelo menos 30% dos alimentos oriundos da agricultura familiar para serem utilizados na alimentação dos alunos de escolas da rede pública de ensino. Foi criado com a finalidade de garantir alimentos de qualidade na alimentação escolar e promover geração de renda para os agricultores e o município, estimulando a economia local. Em 2008, definiu-se como instrumento de política pública, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com o objetivo de simplificar o acesso à terra e ampliar a

renda dos trabalhadores rurais, através do financiamento de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Outra política que favoreceu o cotidiano dos agricultores familiares, é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), que corresponde a segunda etapa do programa criado pelo governo federal para grandes obras de infraestrutura, funcionando da seguinte forma: Incorporado ao PAC, o MDA entrega retroescavadeiras e motoniveladoras para prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes que não estão localizados em regiões de grandes centros. Entrega caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para regiões de semiárido. É dessa maneira que o Programa ampara o escoamento da produção dos agricultores familiares, auxiliando no desenvolvimento rural.

Conjunto a estes, o autor destaca também, o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), que fomenta a legalização e a implantação de novas agroindústrias, podendo os produtos de origem animal serem comercializados no mercado formal e em todo território brasileiro, após inspeção do SUASA. Já o Programa Terra Legal, garante o título de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal e certifica o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e sustentável. Desse modo, desenvolveu-se ainda, o Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, com o intuito de assegurar a permanência de agricultores familiares na terra, através de comprovação judicial da posse do imóvel ao trabalhador do campo. Outra política criada, corresponde ao programa chamado de Terra Forte, que busca incentivar e apoiar o aumento da renda nos projetos de assentamento por meio de atividades sustentáveis, reconhecendo as qualidades e potencialidades regionais.

O governo desenvolveu também, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, a fim de fomentar a geração e o consumo de combustíveis que não sejam provenientes de petróleo. Assim, trabalha incentivando os agricultores familiares a cultivar oleaginosas para serem utilizadas na produção desse combustível. Análogo aos demais, se estabeleceu o Programa de Garantia-Safra, que é visto como um seguro, destinado a agricultores familiares que possuam renda de 1,5 salário mínimo por mês, em casos de perda de produção causada por problemas climáticos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Desse modo, o conjunto de políticas públicas que abrangem o meio rural, em especial os empreendimentos familiares, reproduz os aspectos econômicos e sociais e a realidade das diversas regiões do país e, vem auxiliando e facilitando às atividades

ligadas a agricultura familiar. O Pronaf, no entanto, tem maior abrangência e amplitude, sendo destinado através de várias linhas de crédito e para as modalidades agrícola e pecuária, a fim de favorecer o aprimoramento e crescimento da agricultura familiar.

### 2.3 PRONAF- CARACTERÍSTICAS, LINHAS DE CRÉDITO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTRATOS E RECURSOS

O Brasil é um dos poucos países do mundo que dispõe de várias políticas públicas para o desenvolvimento rural com a finalidade de amenizar as desigualdades, promover a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em sua variedade e a segurança alimentar da população (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Entre os diversos programas desenvolvidos pelo governo, o Pronaf é digno de destaque. Fundado em 1995 como uma linha de crédito rural, derivado da expressiva participação das organizações da agricultura familiar, o programa foi se idealizando e atinge hoje toda a diversidade do território rural brasileiro (BIANCHINI, 2015). Conforme o artigo 1º do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, o Pronaf tem o seguinte propósito:

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Em relação ao acesso aos recursos, a Câmara de Deputados (2017), destaca que são beneficiários ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, os agricultores e produtores rurais que constituem os empreendimentos familiares de produção rural e que justifiquem seu enquadramento por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) <sup>1</sup>ativa, em um dos grupos do Quadro 1:

---

<sup>1</sup> A Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor.

Quadro 1- Beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

<b>Grupo A</b>	Assentados pelo PNRA, beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (ProCera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf
<b>Grupo B</b>	Beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$23.000,00 (vinte e três mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente
<b>Grupo A/C</b>	Assentados pelo PNRA, beneficiários do PCRF ou beneficiários do PNCF, que: I - tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".
<b>Agricultores Familiares que:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a. Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;</li> <li>b. Residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;</li> <li>c. Não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;</li> <li>d. Obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;</li> <li>e. Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;</li> <li>f. Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00, considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;</li> </ol>
<b>Demais Beneficiários</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a. Atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam: <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;</li> <li>II. Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água;</li> <li>III. Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;</li> </ol> </li> <li>b. Se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam: <ol style="list-style-type: none"> <li>I - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;</li> <li>II - integrantes de comunidades quilombolas rurais;</li> <li>III - povos indígenas;</li> <li>IV - demais povos e comunidades tradicionais.</li> </ol> </li> </ol>

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017.

Desde a sua criação e efetivação, o Pronaf passou por diversas fases, podendo-se perceber que uma das características mais visíveis em suas fases é a tentativa de organização dos agricultores familiares em diferentes grupos (A, B, C, A/C), com a intenção de criar linhas de financiamentos e taxas de juros adequadas as diversidades de cada um desses grupos, levando em consideração as situações socioeconômicas dos agricultores e com o objetivo de abranger as necessidades produtivas deste conjunto de produtores. Em termos de acesso ao PRONAF, pelos diferentes grupos encaixados dentro do programa, existem muitas distinções e particularidades, por isso foram desenvolvidas as linhas de crédito apresentadas no Quadro 2 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2018c):

Quadro 2- Linhas de Crédito do Pronaf.

Pronaf Custeio	Remete ao financiamento das práticas agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros que estejam devidamente enquadrados no Pronaf
Pronaf Mais Alimentos – Investimento	Destina-se ao financiamento da implementação, expansão ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, sendo eles agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas rurais próximas
Pronaf Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos em infraestrutura, prezando pelo beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, produtos do extrativismo e florestais, ou de produtos artesanais e o aproveitamento de turismo rural.
Pronaf Agroecologia:	Linha para o financiamento de investimentos dos procedimentos de produção agroecológicos ou orgânicos, onde se incluem os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco:	Linha para o financiamento de investimentos em ações que possam minimizar o impacto das atividades rurais ao meio ambiente, permitindo também ao agricultor, um melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está situada.
Pronaf Floresta	Busca financiar investimentos em projetos para práticas agroflorestais; exploração extrativista sustentável, plano de manejo florestal, reconstrução e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

Pronaf Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de contato com o semiárido, com enfoque na sustentabilidade dos agro ecossistemas, privilegiando infraestrutura hídrica e implantação, expansão, reconstrução ou modernização das demais infraestruturas, até mesmo aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade dos agricultores familiares que residem na região Semiárida.
Pronaf Mulher	Financiamento de investimentos aos projetos voltados a mulher agricultora.
Pronaf Jovem	Linha de financiamento de investimentos de propostas de crédito para agricultores e agricultoras jovens.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destina-se aos agricultores e suas cooperativas ou associações a fim de atender as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integrar cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicar em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	É destinado aos agricultores de mais baixa renda, permitindo assim o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017.

Segundo Silva, Santos e Oliveira (2018), as principais modalidades do Pronaf são custeio e investimento, nas categorias pecuária, na qual a atividade está relacionada a criação de gado e, agrícola, que se refere aos trabalhos pertencentes a agricultura. Isso se deve ao fato, de que estas linhas de crédito fomentam à produção de grãos e *commodities agrícolas*, com destaque aos cultivos do milho e da soja, ocorrendo assim um aumento dos processos de especialização produtiva das unidades, da condição socioeconômica das famílias e métodos crescentes de mercantilização social, ou seja, aumento da compra de insumos e tecnologias externas. Sob outra perspectiva, o Pronaf estimula também a produção própria de pequenos alimentos/criações dos agricultores e a diversidade rural, onde a produção é voltada ao trato dos animais e à produção de alimentos que servem a própria segurança alimentar da família (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2013).

Porém, apesar da disponibilidade de recursos e a variedade de linhas de crédito, criadas exclusivamente para atender de forma expressiva as necessidades e diversidades dos grupos e, os avanços ocorridos após a implantação do programa, principalmente para a agricultura familiar. O Pronaf apresenta muitos problemas, relacionados à condução e operacionalização dos agentes financeiros, por direcionar a aplicação dos recursos aos projetos de menor risco, pelo atraso na liberação dos recursos e pelo atendimento preferencial aos agricultores mais capitalizados e, principalmente, a cobertura e distribuição dos recursos, que vem sendo desigual nas diferentes regiões do país (SANTOS, GROSSI, 2017). Um estudo realizado por Dalcin et al (2018), analisou a aplicação dos recursos do Pronaf e a diversificação contratual entre as regiões brasileiras, no período correspondente a 2013 – 2016, no qual foi possível identificar que a região Sul captou mais da metade dos recursos totais disponibilizados, seguida da região Sudeste, com cerca de 20% do recurso nacional captado e da região Nordeste que, em terceiro lugar, captou aproximadamente 14% deles. As regiões que apresentaram menor captação de recursos foram, respectivamente, Centro-Oeste e Norte, com 7,29% e 7,43%.

Para Costa, Souza e Massuda (2010), a maior concentração dos recursos na região Sul pode estar relacionada com o setor bancário e com o perfil do tomador do empréstimo. A região Sul apresenta o maior número de agências bancárias (do Banco do Brasil, principalmente) e grande número de cooperativas de crédito (Sicredi, Sicoob e Cresol), além da elevada renda da população agrícola, elevado nível de colaboração econômica e importante participação no Valor Bruto da Produção Agrícola. Essa análise explica também os dados expostos por Silva et al (2017), que ao investigar a distribuição dos recursos do programa através das suas modalidades de custeio e investimento, observou que na modalidade de custeio há uma maior captação do crédito nas regiões Sul e Sudeste do país, tanto nos números de contratos como no volume de recursos. Já na modalidade de investimento, há um maior número de contratos na região Nordeste e um volume maior de recursos à disposição da região Sul, evento que pode ser explicado pelo fato de que os estabelecimentos do Sul têm maior infraestrutura, são mais modernos e apresentam mais tecnologia, necessitando assim de menos investimentos.

Em uma pesquisa realizada por Beltrame e Pereira (2017), agricultores familiares afirmaram que a política tem trazido facilidade ao acesso dos recursos financeiros e apoio ao pequeno produtor rural, porém, essa mesma política, não

oferece bons preços para a venda dos produtos, ou seja, o preço da maioria dos produtos agrícolas é muito baixo, acarretando em muito investimento e pouco lucro aos pequenos produtores. Acreditam então, que os grandes beneficiados pelo programa são as grandes empresas que compram os seus produtos por preços baixos e os revendem e preços muito altos. No entanto, a pesquisa demonstra também que nos últimos anos as facilidades no acesso aos programas financeiros têm melhorado muito, permitindo maior adesão ao programa financeiro, conseguindo suprir as suas necessidades, seja no plantio ou em investimentos.

Apesar de apresentar alguns pontos negativos em relação a distribuição dos recursos, o Pronaf, conforme analisado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018d), em 22 anos, atingiu R\$200 bilhões no valor total das operações, recursos aplicados na execução de aproximadamente 28,5 milhões de contratos, com inadimplência em torno de 1%. Esses números demonstram a efetivação de uma política que se tornou referência em financiamento da agricultura familiar, e que ao longo do tempo vem aumentando os recursos aplicados, flexibilizando os meios e as condições financeiras, tem ampliado o número de beneficiários, além de ter simplificado as condições de acesso e promovido a expansão para novas regiões.

O desenvolvimento do Pronaf, sua aplicabilidade e a distribuição dos recursos, analisados a partir dos estados e regiões brasileiras, pode ser observado com base em outras delimitações, como exemplo os Coredes, no caso do Rio Grande do Sul. O estado divide-se em 28 Coredes bastante distintos em aspectos demográficos, climáticos e geográficos, onde a produção e acesso a políticas como o Pronaf são dessemelhantes. Desse modo, torna-se relevante investigar de que maneira se dá o funcionamento e a captação dos recursos no Corede Missões, como forma de compreensão e conhecimento em relação aos empreendimentos familiares.

#### 2.4 COREDE MISSÕES

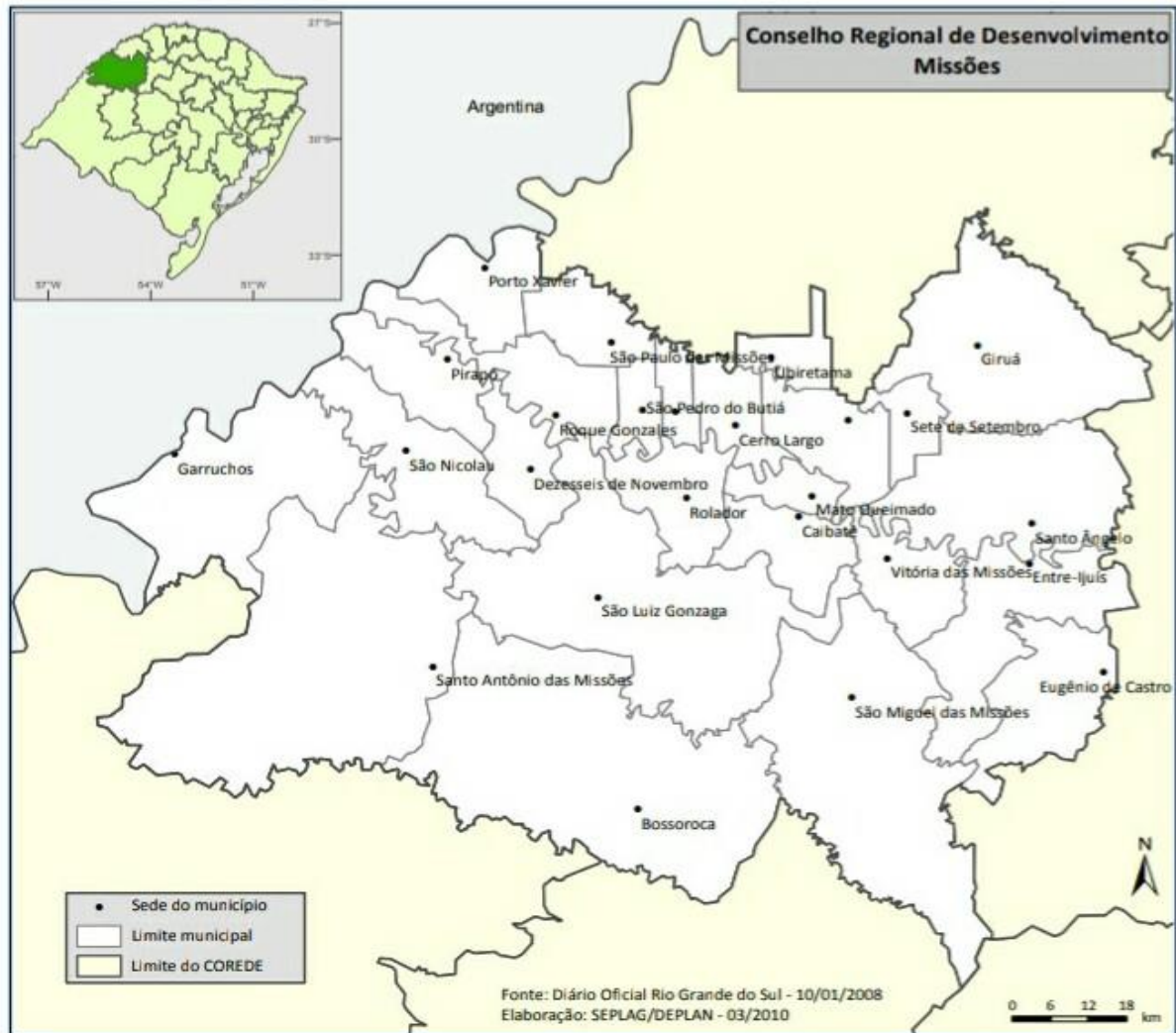
Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 e podem ser vistos como fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Os principais objetivos giram em torno da promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população



e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

De acordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015), o Conselho Regional de Desenvolvimento Missões foi criado em 1991. É composto por 25 municípios, sendo eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. Está localizado na fronteira do Brasil com a Argentina. O Corede Missões pertence a RF 7, onde estão inseridas ainda as regiões Fronteira Noroeste, Celeiro e Noroeste Colonial, cada qual com suas características, a fim de contribuírem para o processo do desenvolvimento da região.

Figura 1- Conselho Regional de Desenvolvimento Missões.



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande Do Sul, 2015.

Em 2010, o Corede Missões possuía uma população de 248.016 habitantes, representando 2,3% da população total do Rio Grande do Sul, sendo que uma proporção de 71% de moradores em áreas urbanas e 29%, em áreas rurais. O principal centro urbano do Corede era Santo Ângelo, com uma população de 76.275 habitantes. Em segundo plano, aparecia São Luiz Gonzaga, com 34.556 habitantes. Giruá, Cerro Largo, Santo Antônio das Missões e Porto Xavier detinham populações entre 10 e 20 mil habitantes. Os demais municípios são de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). Em 2017, conforme a Fundação de Economia e Estatística (2018), a população foi estimada em 250.041 habitantes.

O Corede Missões possui uma base econômica voltada à Agropecuária em relação à média estadual, com pouca participação da Indústria. Na Agropecuária, se destacam a criação de bovinos e suínos, além do cultivo do milho, do trigo e da

mandioca. A Indústria, pouco significativa, está ligada ao beneficiamento de produtos primários. Outro importante ativo da região é o turismo histórico e cultural (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Segundo dados do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2017), a região do Corede Missões alcançou em 2013 um VAB total de R\$ 5,89 bilhões, decorrendo em um crescimento absoluto de 56,36% em relação ao ano de 2010. Nesse mesmo período, a região demonstrou um incremento absoluto de 81,26% na geração de valor agropecuário, atingindo um montante de R\$ 1,74 bilhão. Em relação a 2014, os principais produtos agropecuários cultivados na região das Missões, foram a soja, responsável por uma produção de 1,197 milhão de toneladas, aproximadamente 10% do total estadual; o milho que representou 6% de toda geração do estado, com um montante de produção na ordem de 332 mil toneladas; o trigo teve um volume de 253 mil toneladas, representando 15% da produção do estado, enquanto que a produção de cana-de-açúcar (174 mil toneladas) e o leite (250 milhões de litros) tiveram uma representatividade de 56% e 20% e, 5% do total do montante do estado gaúcho. Outro fator de importante geração e de renda, refere-se à criação de bovinos, que alcançou, em 2014, um montante na ordem de 786.560 cabeças, correspondente a 5,64% do rebanho no estado do Rio Grande do Sul. Quanto as agroindústrias familiares, 72% do número total de municípios da região possuem até 10 agroindústrias, e, 20% possuem entre 11 a 20 agroindústrias.

Ainda, os autores Anes, Deponti e Arend (2018), destacam que a economia predominante na região das Missões é, de fato, a agricultura, sendo que o papel da agricultura familiar demonstra-se diversificado na geração de renda e na promoção da qualidade de vida entre famílias, através de várias atividades relacionadas ao plantio de sementes, criação de animais e inclusive, em agroindústrias. Num contexto geral, segundo Hass (2008), as pequenas propriedades correspondem a 84% dos estabelecimentos da região. Já em relação ao Pronaf, Kasper (2017) destaca que no ano de 2015, o Corede Missões posicionava-se como 8º Corede com o maior número de contratos do Pronaf em investimento (1.985), acumulando um valor 66.525.466,01 em recursos destinados a esta modalidade.

Desse modo, a significativa articulação da agricultura, principalmente de cunho familiar, no Corede Missões, demonstra a potencialidade dessa classe social na promoção do desenvolvimento rural e regional. Ainda, as políticas públicas envolvidas nesse processo, como exemplo o Pronaf, têm servido como estímulo para a

concretização e efetivação de melhorias na vida de pequenos agricultores familiares, promovendo maior desenvolvimento e facilitando as condições de trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos para que esse estudo se concretize. Inicialmente será realizada a descrição sobre a caracterização da pesquisa. Após, explica-se a população, a coleta dos dados e, por fim, apresenta-se as formas como esses dados serão analisados e usados neste estudo.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa é a atividade que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, é o resultado de um exame realizado com o objetivo de resolver um problema, utilizando de procedimentos científicos (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009).

Desse modo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), é uma política pública direcionada a agricultura familiar que abrange todos os estados do país, com o intuito de promover o desenvolvimento dos agricultores familiares, através do financiamento da produção e de implementos para facilitar o trabalho no campo. Os recursos do Pronaf são distribuídos por todo o território brasileiro, de forma que a região sul é a maior receptora desses recursos, destacando-se nesse contexto também, o estado do Rio Grande do Sul. Dentro desta mesma observação, o Corede Missões, está entre os 9 Coredes do estado que mais recebem recursos para a efetivação das atividades agrícolas e agropecuárias.

Para analisar de que forma são distribuídos esses recursos no Corede Missões, as finalidades dos financiamentos e os principais produtos que são adquiridos através do programa, se estabeleceu uma pesquisa do tipo quantitativa. Segundo Silveira e Córdova (2009), a pesquisa quantitativa está diretamente associada à mensuração e experimentação dos dados.

A pesquisa é caracterizada como descritiva, uma vez que, conforme Gil (2008), tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população, fenômeno ou as relações entre determinadas variáveis. Em relação a coleta de informações, foram utilizados dados secundários que, segundo Gerhardt et al (2009), são dados que já foram publicados e que não são derivados dessa pesquisa,

os quais foram coletados da Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil - BCB.

### 3.2 POPULAÇÃO E COLETA DOS DADOS

A população do estudo são os contratos e recursos disponíveis no banco de dados do Pronaf, dispostos na Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil – BCB (2019), referente aos anos de 2013 a 2018. A delimitação do período se deve ao fato de que, a Matriz de Dados do Crédito Rural passou a ser disponibilizada a partir do ano de 2013, sendo que as informações do último ano completo, referem-se ao ano de 2018, delimitando-se a partir disso, o período a ser estudado.

A coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009). Desse modo, a coleta de dados para a efetivação deste estudo, foi feita através da Matriz de Dados de Créditos Rurais, disposta no site do Banco Central do Brasil, no seguinte link: <https://www.bcb.gov.br/>. Essa matriz disponibiliza diversas informações em relação ao Pronaf, entre elas, as que serão utilizadas para a concretização dos objetivos estabelecidos neste estudo: a) a quantidade e o valor dos contratos por município; b) quantidade e valor dos contratos de custeio por município e produto, nas atividades agrícola e pecuária; c) quantidade e valor dos contratos de investimento por município e produto, também nas atividades agrícola e pecuária.

Há também a opção de escolher o período para a geração de planilhas editáveis, sendo que, existe a disponibilidade de informações mensais, podendo elas serem adequadas conforme a necessidade da pesquisa, no entanto, para este estudo, os dados foram analisados anualmente, no período que corresponde aos anos de 2013 a 2018, em relação aos municípios do Corede Missões. Quanto aos recursos, estes estão representados em reais, demonstrando o montante utilizado para cada atividade financiada.

Os dados foram coletados da Matriz de Dados de Créditos Rurais, em formato de planilhas, que podem ser editadas. Após, foram organizados em pastas correspondentes ao ano, atividade e município, com o intuito de facilitar a análise dos mesmos.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados consistiu na tabulação das informações sobre o volume de contratos e recursos do Pronaf para o período, bem como dos produtos financiados, dados que são baseados nas finalidades do programa.

A análise foi segmentada em três partes, sendo a primeira alusiva ao contexto do quadro nacional referente ao volume de contratos e recursos de custeio e investimento agrícola e pecuário, durante o período de 2013 a 2018. Na segunda parte, foram selecionados os dados de volume de contratos e recursos de custeio agrícola e pecuário para cada município do Corede Missões. Na terceira parte, demonstra-se as quantidades e valores dos contratos e recursos de investimento e agrícola e pecuário.

A análise foi realizada através da plataforma *Calc LibreOffice* onde os dados foram tabulados e organizados e, a partir da tabulação desses dados quantitativos, foi possível desenvolverem-se análises estatísticas. Desse modo, após a tabulação, tem-se uma análise estatística descritiva dos dados, que tem por objetivo básico sintetizar uma série de valores, permitindo que se tenha uma visão global da variação desses valores. Esse tipo de análise organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (GUEDES et al, 2005).

Por fim, foram realizados cálculos de média em relação aos valores dos contratos, quanto a frequência dos produtos financiados e comparativos entre os anos, com o intuito de identificar as principais variações ocorridas no período estudado. Dessa forma, a partir da análise dos fatores pertinentes a este estudo, com o auxílio das técnicas metodológicas citadas, buscou-se alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, que trata sobre a distribuição dos recursos do Pronaf nos municípios do Corede Missões.

### 3.4 ÉTICA NA PESQUISA

Este estudo, desenvolvido com a utilização de dados secundários, oriundos de uma instituição pública, o Banco Central do Brasil, procurou seguir as normas éticas, onde a autora aborda constantemente a Matriz de Dados do Crédito Rural, que foi utilizada como base para a execução da pesquisa, a fim de demonstrar a confiabilidade dos dados empregues.

## **4 O PRONAF NO COREDE MISSÕES**

Neste capítulo será apresentada a análise e discussão dos resultados da pesquisa. A primeira seção consiste em caracterizar a modalidade de custeio, nas atividades agrícola e pecuária, demonstrar as finalidades práticas e principais produtos financiados, além de identificar a quantidade e valor dos contratos custeados nos municípios do Corede Missões por esta linha de financiamento. A segunda seção, designa-se a apresentar a quantidade e o valor dos contratos captados pela modalidade investimento, nas atividades agrícola e pecuária, pelos municípios do Corede Missões e, indicar os itens financiados.

### **4.1 QUANTIDADE, PRODUTOS E VALOR DOS CONTRATOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA E PECUÁRIO**

O custeio agropecuário, é uma linha de crédito criada para atender as demandas das atividades agrícola e pecuária (LOPES, LOWERY, PEROBA, 2016). Conforme demonstrado em estudo realizado por Araújo e Filho (2018), desde 1995, ano em que antecede a criação do Pronaf, observou-se um crescimento dos recursos destinados ao crédito rural, passando de R\$ 38 bilhões, em 1995, para R\$ 165 bilhões, em 2016, representando 63,88% do valor total disponibilizado pelo programa em todo país, no ano de 2016. Ainda, de acordo ao Banco Central do Brasil (2017), no período entre 2013 e 2018, foram captados aproximadamente 66 bilhões de reais em custeios no Brasil.

#### **4.1.1 Custeio agrícola**

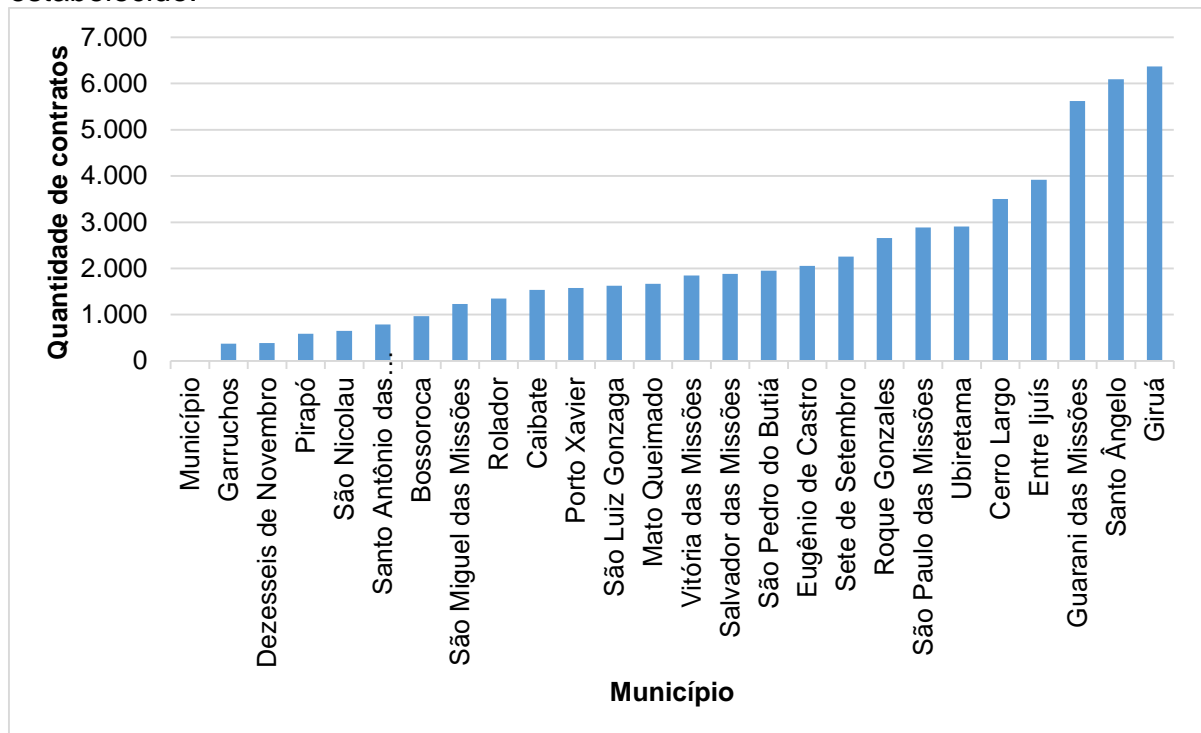
O custeio agrícola é um benefício concedido aos produtores rurais, pessoa física ou jurídica, destinado para custear as despesas de lavouras de safra, entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais ou cultivos, tais como industrialização dos produtos, produção de mudas ou sementes, insumos, colheitas, entre outras finalidades (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). De acordo com o mesmo autor, no período entre 2013 e 2018, as regiões brasileiras captaram cerca de 2.211.387 contratos e aproximadamente 44 bilhões de reais em custeio



agrícola, ou seja, foram captados em média 368.564,5 contratos por ano, sendo que a média de valor por contrato manteve-se em torno de R\$19.897,01.

Segundo Siqueira (2017), a distribuição dos contratos e recursos do Pronaf tem sido desigual no país desde os primórdios do programa, tendo em vista que no período entre 2000-2016, a Região Nordeste foi a que captou o maior número de contratos, no entanto, a Região Sul, adquiriu mais recursos que as demais regiões. Essa desigualdade, pode ser observada também na captação dos contratos entre os municípios do Corede Missões. O Gráfico 1, apresenta o número de contratos captados pelos municípios do Corede Missões na modalidade de custeio agrícola, no período delimitado.

Gráfico 1- Contratos captados por cada município para custeio agrícola no período estabelecido.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

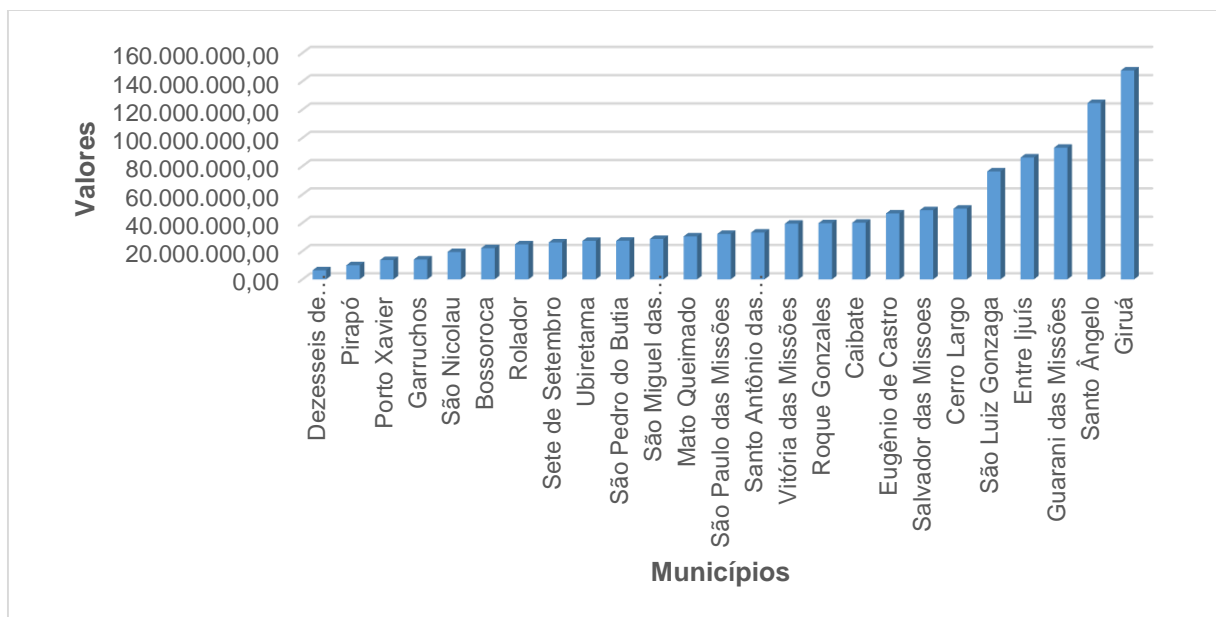
O Gráfico 1, demonstra que o município que mais captou contratos (6.365) de custeio agrícola, foi Giruá. Já o município que efetuou o menor número de contratações nessa modalidade, foi Garruchos, com 372 contratações. A média de contratações de custeio agrícola na Região das Missões, ficou em torno de 375,5 por município, superior à média do estado, que captou em média 303,8 contratos por município. Conforme um estudo realizado por Olalde, Santos e Santos (2007), as

contratações diferem-se a partir das especificidades de cada local e de fatores como tipo de produção, área plantada, clima, entre outros.

Apesar de Giruá posicionar-se como o maior receptor de recursos de custeio agrícola, vale ressaltar que municípios considerados pequenos, como Guarani das Missões e Ubiretama, se destacaram na captação de recursos nesta modalidade. Guarani das Missões concentra a maioria das propriedades nos estabelecimentos com menos de 50 hectares, porém difere na área efetivamente utilizada, isto é, 90,99% dos proprietários ocupam áreas inferiores a 50 hectares que somadas ocupam 77,43% da área rural do município (Marmilicz, 2013). O autor enfatiza que além dos retornos financeiros gerados, a produção de soja foi indicada como uma boa alternativa de rotação de culturas, sendo esta uma preocupação dos produtores de leite, já que segundo os próprios, as pastagens plantadas em áreas de rotação de cultura com soja possibilitam um aproveitamento melhor dos solos.

Da mesma forma que na captação de contratos, os valores captados nos municípios do Corede Missões, apresentam discrepância e desigualdade. O Gráfico 2, apresenta o valor total captado por município em custeios agrícolas durante todo o período analisado.

Gráfico 2- Valor total captado de 2013 a 2018 em custeio agrícola.



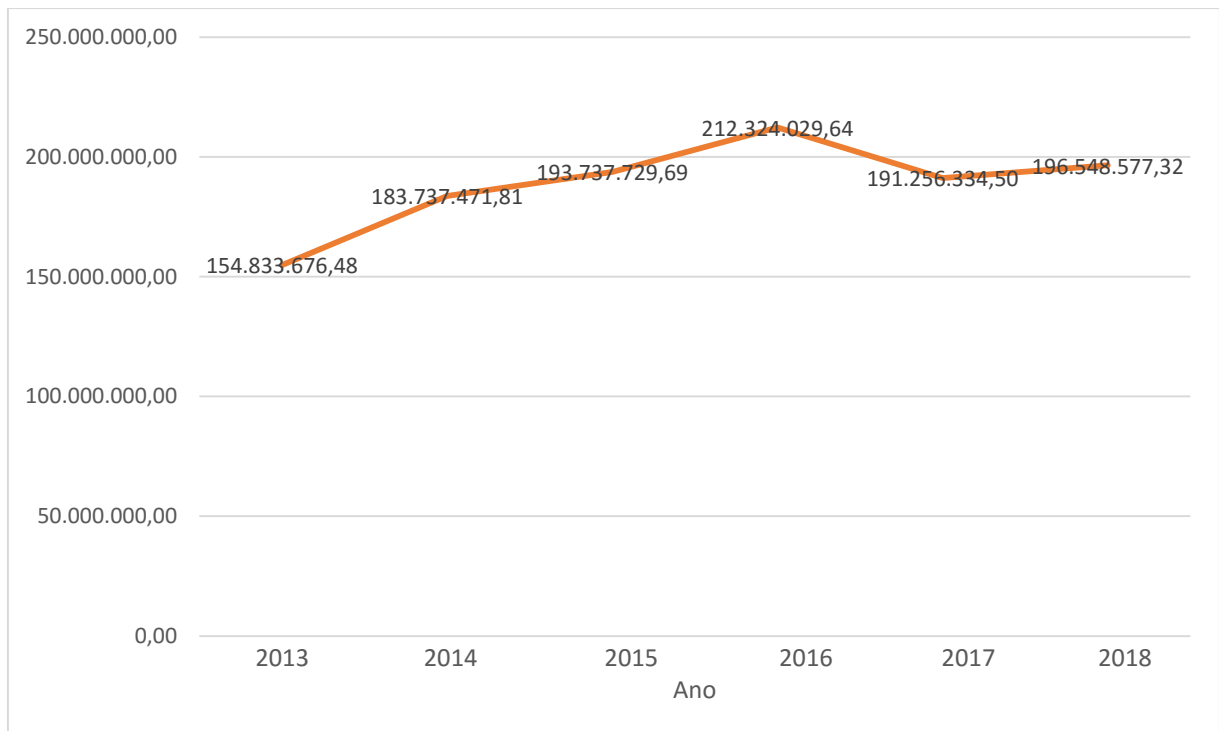
Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

A partir da representação do Gráfico 2, é possível perceber que o município que mais captou recursos de custeio agrícola no período estabelecido pelo estudo, foi

Giruá, com um valor total de aproximadamente 148 milhões de reais. Já o município que menos acessou os recursos do Pronaf destinados a este fim, foi Dezesseis de Novembro, com um valor total em torno de 6 milhões. Spolador e Lima (2009), destacam que os custeios agrícolas e a distribuição dos recursos desta modalidade, estão diretamente relacionados com a produção de lavoura temporária. Dessa forma, a grande captação de recursos de custeio agrícola por Giruá, pode estar relacionada com a produtividade de soja e de milho, que, segundo a Prefeitura Municipal de Giruá, em 2019 apresentou as maiores safras da série histórica do município registradas pelo levantamento sistemático da produção agrícola, pesquisa realizada pelo IBGE desde 1972.

O Gráfico 3, apresenta os valores totais captados anualmente no Corede Missões em custeio agrícola, de 2013 a 2018:

Gráfico 3: Valor total dos recursos captados para cada ano entre 2013 e 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

A partir do Gráfico 3, é possível constatar que há uma variação entre os valores, que oscilaram durante o período, apresentando um desvio padrão de R\$20.916.370,21, o que demonstra que os valores captados anualmente podem variar, em aproximadamente 20 milhões. Em relação à média de recursos por ano,

esta ficou em torno de R\$188.739.636,57, sendo a média por contrato, R\$20.102,57. A média de captação por município no Corede Missões, ficou em torno de 7,5 milhões por ano. O valor médio captado anualmente no estado, ficou em média 2,7 bilhões de reais por município.

Relaciona-se a captação de recursos, aos produtos que foram custeados, como a soja, milho e trigo. No entanto, apesar de alguns produtos terem maior representatividade nos municípios analisados, percebe-se uma grande variedade produtiva, caracterizada pelo plantio de produtos temporários. Dessa forma, a Tabela 1 indica os principais produtos que contrataram o custeio agrícola, o número de contratos contraídos nos anos delimitados pelo estudo.

Tabela 1<sup>2</sup>- Produtos custeados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em custeio agrícola.

<b>Contratos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
<b>Soja</b>	5.191	5196	5096	4853	4625	4330	29.291
<b>Trigo</b>	2.287	2788	2370	1974	2045	1760	13.224
<b>Milho</b>	2.756	2240	2000	2433	1650	1638	12.717
<b>Oculto</b>	54	41	57	78	68	57	355
<b>Cana de açúcar</b>	76	67	51	22	23	27	266
<b>Mandioca</b>	4				4	4	12
<b>Canola</b>		6	9	19	75	98	207
<b>Girassol</b>			4				4
<b>Aveia</b>			11	21	66	107	205
<b>Melancia</b>			5	4			9
<b>Morango</b>						5	5
<b>Melão</b>					4	4	8
<b>Linho</b>					4	5	9
<b>Alfafa</b>	5	6			5	5	21
<b>TOTAL</b>	<b>10.373</b>	<b>10344</b>	<b>9603</b>	<b>9404</b>	<b>8569</b>	<b>8040</b>	<b>56.333</b>

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019

A Tabela 2, indica os produtos financiados e o valor captado por cada um deles, no período entre 2013 e 2018, em custeio agrícola. A partir dela é possível identificar os produtos que representam maior expressão na captação dos recursos.

<sup>2</sup> De acordo com o Banco Central do Brasil (2017), para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

Tabela 2<sup>3</sup> - Valor captado por cada produto do custeio agrícola entre 2013 e 2018

Valor/ Produto	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Soja</b>	76.186,02 1,20	88.889,54 5,29	102.946,69 9,00	119.478,17 8,00	117.955,91 5,40	12.443,291 1,2	510.411.092
<b>Trigo</b>	44.024,70 5,02	62.438,98 9,99	54.924,952 ,02	48.814,387 ,80	48.593,371 ,08	44.803,57 7,57	303.599.983
<b>Milho</b>	19.766,22 4,56	17.961,81 3,57	19.124,303 ,34	30.023,877 ,30	19.683,870 ,88	24.191,08 3,00	130.751.172
<b>Oculto</b>	12.812,46 7,30	13.441,01 4,02	15.732,458 ,91	12.426,183 ,60	1.363,528, 73	795.645,7 5	56.571.298
<b>Cana de açúcar</b>	930.270,1 0	808.053,1 6	619.336,89	556.843,23	300.627,19	417.912,7 5	3.013.706
<b>Mandioca</b>	9.225,78					16.028,75	25.254
<b>Canola</b>		95.982,62	151.597,48	496.949,04		1.771.728, 98	2.516.258,
<b>Girassol</b>			59.682,38				59.682
<b>Aveia</b>			146.699,81	508.052,90		1.784.210, 09	2.438.962,
<b>Melancia</b>			32.000,00	39.927			71.927
<b>Morango</b>						55.987,68	55.987
<b>Melão</b>					27.926	24.250,61	52.177
<b>Linho</b>					99.432,03	134.940,1 8	234.372
<b>Alfafa</b>	54.937,35	102.073,1 6			93.469,27	116.53,02	250.479
<b>Total</b>							<b>1.010.052.3 54,52</b>

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados de Crédito Rural, 2019

Através da análise das tabelas 1 e 2, percebeu-se que o produto de maior representatividade nos municípios do Corede Missões, é a soja, somando 52% (29.291) dos contratos de custeio agrícola, destinados a produção e comercialização deste item, totalizando um valor de cerca de 500 milhões em financiamentos. O município que mais contratou custeios de soja, foi Giruá, com 3.581 contratos (R\$ 86.564.402,80), seguido de Santo Ângelo (R\$79.356.467,50), com 3.575 contratos e Entre Ijuís (R\$53.133.333,20), com 2.165 contratos. Isso se dá ao fato, de que, segundo a prefeitura municipal de Giruá (2019), o município configura-se como um dos maiores municípios gaúchos em extensão de área, possuindo 2.875 imóveis rurais e uma área total de 82.406,1 hectares, sendo que, 67 mil hectares são agricultáveis. Além disso, a soja é a cultura mais produzida atualmente no município, com cerca de 57 mil hectares, colocando Giruá em 8º lugar no Rio Grande do Sul em área plantada, com uma produtividade média entre 35 e 40 sacas por hectare.

O segundo produto de maior expressão no Corede Missões, é o trigo, representando 23,47%(13.224) dos contratos de custeio agrícola, aproximadamente

<sup>3</sup> De acordo com o Banco Central do Brasil (2017), para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001), em nível de município, os produtos com até três contratos estão ocultos.

300 milhões custeados. Novamente, o município com maior número de contratos em custeios agrícolas para plantação e comercialização de trigo, foi Giruá, com 1.784 contratos (R\$45.123.810,10). O segundo município a contratar mais custeios de trigo, foi Santo Ângelo, com 1.452 contratos (R\$33.801.199, 10), seguido por Guarani das Missões, que contratou 1.404 (R\$27.304.795,30).

Em terceiro lugar em maior número de contratos e valores disponibilizados, está o milho, caracterizando 22,57% (12.717) contratos, financiando cerca de 130 milhões. Cerro Largo apresenta-se como o município que efetuou o maior número de contratos para custeio de milho, foram 1.237 contratações (R\$9.566.938,83), seguido por São Paulo das Missões, com 1.195 contratos (R\$9.324.960,49), e Guarani das Missões, com 1.107 contratos custeando as atividades relacionadas ao milho (R\$9.626.574,68). Nesse caso, destaca-se que apesar de Guarani das Missões possuir um menor número de contratos em relação a Cerro Largo e São Paulo das Missões, o valor financiado é maior, o que demonstra um valor médio de contratos mais alto, girando em torno de 9.500 reais por contrato, enquanto a média por contrato de milho em São Paulo das Missões, ficou de aproximadamente 7.800 reais e em Cerro Largo, cerca de 7.700 reais.

A importância dos três produtos analisados, grãos, evidencia-se a partir da análise de que são variedades produzidas em todos os municípios e custeadas pelo Pronaf em todos os anos do período analisado, correspondendo 98,04% dos contratos destinados ao custeio agrícola. Conforme citado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015), as características de migração do Corede Missões podem estar ligadas à expansão de culturas como a soja, o milho e o trigo, conduzindo os pequenos produtores rurais. De acordo com Siqueira (2017) a desigual distribuição dos recursos e a grande captação destes por parte da Região Sul, se deve a grande parte dos contratos aderidos do Pronaf serem captados para a culturas de milho e soja, que são concentradas na região Sul, ou seja, produtos característicos da região e que têm uma competitividade alta no mercado internacional.

Conforme demonstrado nas Tabela 1 e 2, a produção de cana-de-açúcar também tem sido financiada pelo Pronaf. Os 266 contratos concedidos entre 2013 e 2018, concentram-se nos municípios de Roque Gonzáles e Porto Xavier. De acordo com Barbosa, Alves e Massuquetti (2013), regiões das Missões e Médio Alto Uruguai são responsáveis pela produção mais significativa de cana-de-açúcar do estado, em

especial os municípios de Roque Gonzáles, com um total de 77.000 toneladas e Porto Xavier, com 33.600 toneladas.

Do mesmo modo, produtos como aveia e canola tem feito parte dos itens cultivados no Corede Missões, sendo que o município que mais contratou custeio agrícola para o fomento e produção de aveia, foi Santo Ângelo com 25,9% dos contratos. Já em relação a canola, Giruá contratou 56 vezes (27,1%), posicionando-se também como o maior receptor de recursos para este produto. Outras variedades produtivas de lavouras temporárias, como mandioca, girassol, melancia, morango, melão, linho e alfafa, têm ganhado espaço nos processos produtivos desta região, somando um total de 68 contratos de custeio agrícola.

Assim, evidencia-se a relevância do custeio agrícola para o Corede Missões, pois de 2013 a 2018 foram contratados 56.333 contratos em custeio agrícola e cerca de 1 bilhão de reais sendo a produção de grãos a principal atividade financiada por esta modalidade. Ainda, segundo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2015), a produção de cereais para grãos, principalmente o milho e o trigo, e a soja, representam 34,1 do VAB do Corede. Além disso, a Região das Missões, captou aproximadamente 2,2 % do valor total captado em todo território brasileiro, demonstrando que o Pronaf tem, de fato, auxiliado nas atividades da agricultura familiar do Corede Missões, principalmente na produção de grãos.

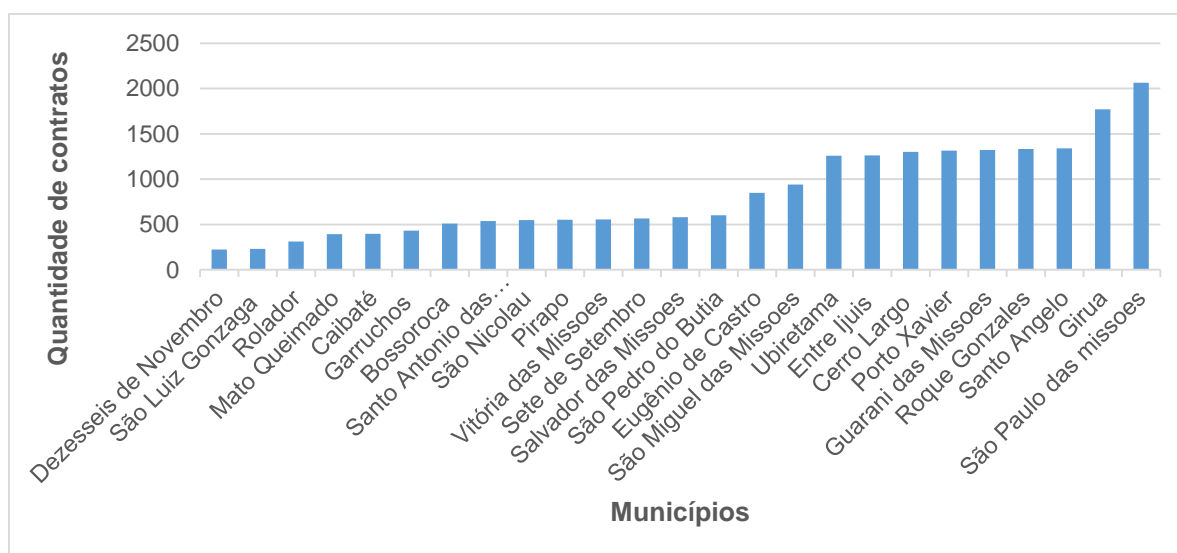
#### **4.1.2 Custeio pecuário**

O custeio pecuário promove o custeio de despesas com insumos, tratos culturais e colheita do ciclo produtivo da lavoura, e a produção de mudas e sementes certificadas e fiscalizadas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). De acordo com o mesmo autor, no período entre 2013 e 2018, foram captados mais de 1 milhão de contratos e cerca de 22 bilhões de reais na modalidade de custeio pecuário no Brasil, ou seja, a média anual de contratos ficou em torno de 167 mil contratos por ano, sendo que o valor médio por contrato, aproximou-se de 22 mil reais.

Os recursos disponibilizados pelo Pronaf sempre foram direcionados na maior parte ao custeio agrícola. No entanto, nos últimos anos observa-se o crescimento dos valores aplicados em contratos de custeio pecuário, além do mais, os financiamentos destinados a esta finalidade, tem registrado estabilidade de captação (CAPELLESSO, CAZELLA, BÚRIGO, 2018). Através do Gráfico 4, identifica-se a quantidade de

contratos captados por cada município do Corede Missões, no período de 2013 a 2018, para a modalidade de custeio pecuário.

Gráfico 4- Contratos captados por cada município para custeio pecuário no período estabelecido.



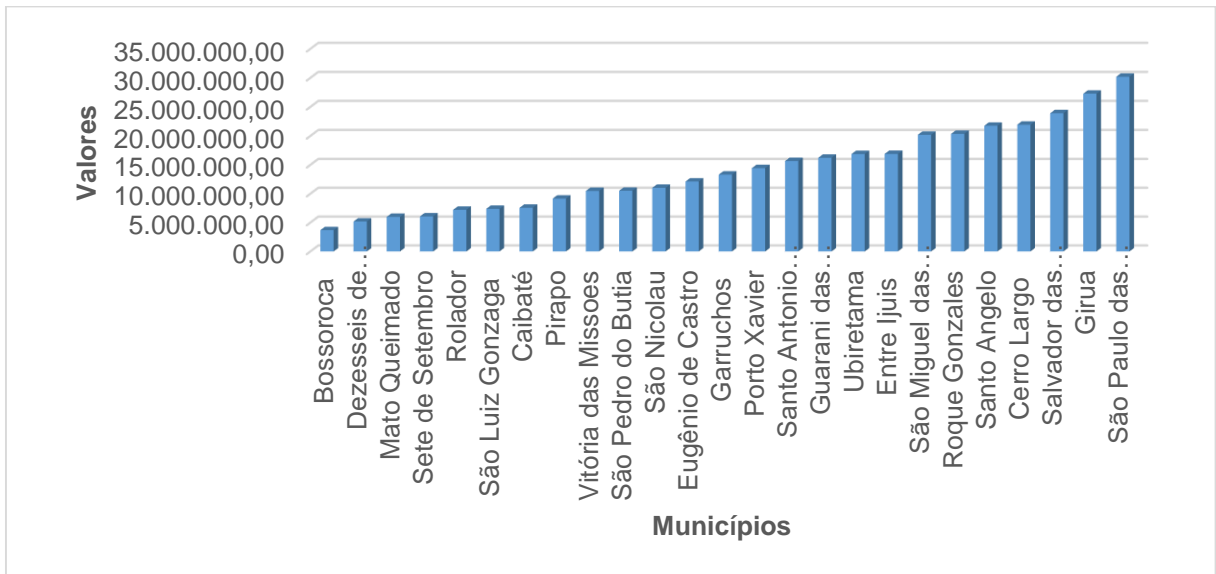
Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

A partir da análise do Gráfico 4, percebe-se que o município que mais captou contratos (2.065) de custeio pecuário, foi São Paulo das Missões. Por outro lado, o município que efetuou o menor número de contratações (225) desta modalidade, foi Dezesseis de Novembro. De acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões (2019), a criação de rebanho bovino e leiteiro, são importantes atividades desenvolvidas pelo município, as quais são regidas pela Lei 1669/2019, que disponibiliza e afirma a concessão de incentivos para estas finalidades. A média de contratações anuais no Corede Missões, ficou em torno de 3.559, já a média do estado que foi de aproximadamente 41.849 por ano. Dessa forma, cabe destacar que o Corede Missões, capta cerca de 8% dos contratos de custeio pecuário emitidos por ano no estado. Ainda, a média de contratos por município do Corede Missões, ficou aproximadamente 134 contratos, já a média estadual, é de cerca de 84 contratos por município, ou seja, a Região das Missões, apresenta uma média municipal de captação de contratos, superior ao estado.

O gráfico 5, apresenta os valores adquiridos por todos os municípios do Corede Missões, durante o período.



Gráfico 5 - Valor total captado de 2013 a 2018 em custeios pecuários.

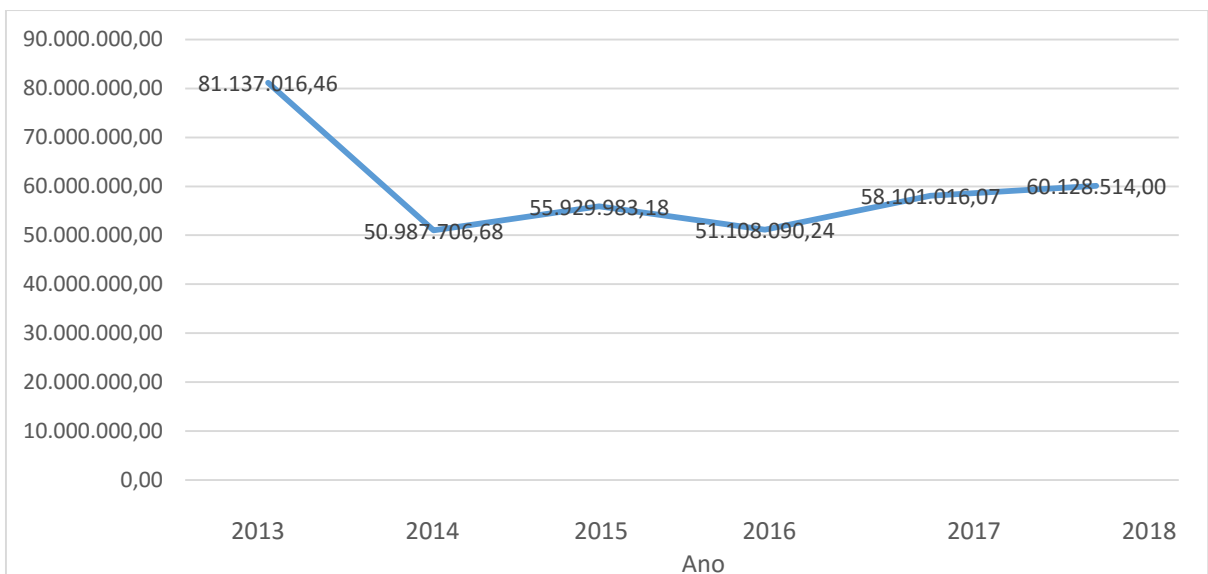


Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Com base no gráfico 5, observa-se que o município que mais captou recursos em custeios pecuários de 2013 a 2018, foi São Paulo das Missões, apresentando um montante de R\$ 30.194.311,82. Bossoroca foi o município que menos adquiriu fundos por meio de custeios pecuários, com um valor financiado de R\$ 3.683.181,23.

O Gráfico 6, apresenta os valores totais anuais captados pelos municípios do Corede Missões, para custeio pecuário entre 2013 a 2018.

Gráfico 6: Valor total dos recursos captados para cada ano entre 2013 e 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Percebe-se a partir do Gráfico 6, que os valores oscilam durante o período, sendo o desvio padrão de R\$24.722.757,86, ou seja, os valores captados diferem de um ano ao outro, podendo variar em até 24 milhões de reais. A média de recursos anuais captados pelos municípios do Corede Missões, ficou em torno de 59,5 milhões de reais, ou seja, obteve-se uma média de aproximadamente 2,3 milhões de reais por município e o valor médio por contrato, aproximou-se de 16,7 mil reais. O Rio Grande do Sul, por sua vez, captou em média um valor aproximado de 835 milhões de reais, sendo que a média de recursos por município ficou de cerca de 1,7 milhões de reais. Desse modo, observa-se que a média de recursos captados por município do Corede Missões, é superior à média estadual.

Através do custeio pecuário, os municípios do Corede Missões, tem custeado bovinos, pastagens, suínos e aves. A tabelas 3, mostra os produtos financiados e a quantidade de contratos emitidos durante o período delimitado.

Tabela 3 - Produtos custeados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em custeio pecuário.

Contratos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Bovinos</b>	4161	3907	3617	3173	3087	2868	20813
<b>Pastagem</b>	55	49	6	9	10	7	136
<b>Oculto</b>	38	38	29	45	29	40	219
<b>Avicultura</b>			5	4			9
<b>Suínos</b>	56	22	18	12	30	44	182
<b>Total</b>	4310	4016	3675	3243	3156	2959	21359

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

A Tabela 4, indica os produtos custeados e o valor captado por cada um deles, no período entre 2013 e 2018, em custeio pecuário.

Tabela 4 - Valor captado por cada produto do custeio pecuário entre 2013-2018

Valor/ Produto	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Bovinos</b>	73.362,10 3,42	56.058,77 1,48	48.874,80 7,86	45.511,14 2,63	56.289,12 9,66	52.521,93 0,89	332.617,88 5
<b>Pastagem</b>	1.291.683, 71	2.636.468, 46	40.942,70 40.942,70	70.614,83 70.614,83	132.026,5 8	57.699,00 57.699,00	4.229.435 4.229.435
<b>Oculto</b>	3.176.344, 56	3.890.853, 15	6.486.798, 87	885.889,5 8	812.635,0 1	1.019.331, 48	16.271.852 16.271.852
<b>Avicultura</b>			107.678,8 107.678,8	106.790,0 106.790,0			214.468 214.468
<b>Suínos</b>	3.306.884, 77	370.462,1 9	419.754,9 4	269.656,1 0	867.224,8 2	1.624.463, 54	6.858.446 6.858.446
<b>Total</b>							<b>360.192.08</b> <b>9,08</b>

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Desse modo, através das tabelas 3 e 4, o custeio pecuário financia nesta região, em sua maioria, a compra de bovinos. 97,44% (20.813) dos contratos captados destinam-se a essa finalidade, totalizando um valor aproximado de 330 milhões em custeamento. O município que mais contratou o custeio pecuário para a compra de bovinos foi São Paulo das Missões, com 2.387 e um valor de 27 milhões de reais, seguido de Guarani das Missões, com 1.760 contratos e 14 milhões financiados e Santo Ângelo, com 1.327 contratos e um valor total de financiamentos de 21 milhões de reais. De acordo com o Sebrae (2016), São Paulo das Missões é referência em produção de leite, sendo nomeado um produtor do município, como referência em manejo de gado leiteiro.

De acordo com a tabela 3, entre 2013 e 2018, foram contratados 182 custeios pecuários com a finalidade voltada a suinicultura. O município que mais captou contratou custeio pecuário para a compra de suínos, foi São Pedro do Butiá, com 54% dos contratos e R\$1.931.203, 91 financiados. Cerro Largo posicionou-se como o segundo município que mais investiu em suínos durante o período, com 34 contratos e um valor de R\$1.359.234,14. O terceiro município a captar mais contratos, foi Salvador das Missões, com 29 contratos e R\$1.973.199,12. No entanto, apesar de Salvador das Missões ter captado menos contratos que Cerro Largo e São Pedro do Butiá, os recursos adquiridos foram maiores, o que demonstra que o valor médio dos contratos é maior que dos outros dois municípios.

Além disso, foram captados 136 contratos para pastagem e 9 contratos ligados a avicultura. O município que mais contratou custeios pecuários destinados a pastagem, foi Santo Antônio das Missões, com 63 contratos e 340 milhões\ financiados. Em relação as atividades voltadas a avicultura, Guarani das Missões, captou os 9 contratos que foram emitidos no período, financiando um valor de R\$214.468,85. Ainda, conforme demonstrado na tabela 3, 219 contratos ocultos foram adquiridos.

Diante disso, cabe destacar a importância dos custeios pecuários para o Corede Missões, que captou aproximadamente 21.359 contratos e cerca de 350 milhões em custeio pecuário. Teve-se uma média anual de 3.559,84 contratos, com valor médio de R\$16.732,63 cada, sendo que o produto com mais custeio pecuário, foi bovino. Segundo o Canal Rural (2015), na região das Missões, são produzidos mensalmente em torno de 18 milhões litros de leite, por mais de 10 mil produtores, o que significa aproximadamente R\$ 16,5 milhões mensais. Um fator bastante

importante para a eficiência na produção leiteira, é a alimentação dos rebanhos. De acordo com Silva e Maixner (2015), o potencial genético dos animais é expressado quando a demanda de alimentos for atendida, o que explica os investimentos destinados a pastagem. Dessa forma, ressalva-se que o Corede Missões, captou aproximadamente 1,5% do valor total emitido em todo Brasil, na modalidade de custeio pecuário.

## 4.2 A QUANTIDADE, PRODUTOS, VALOR DOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

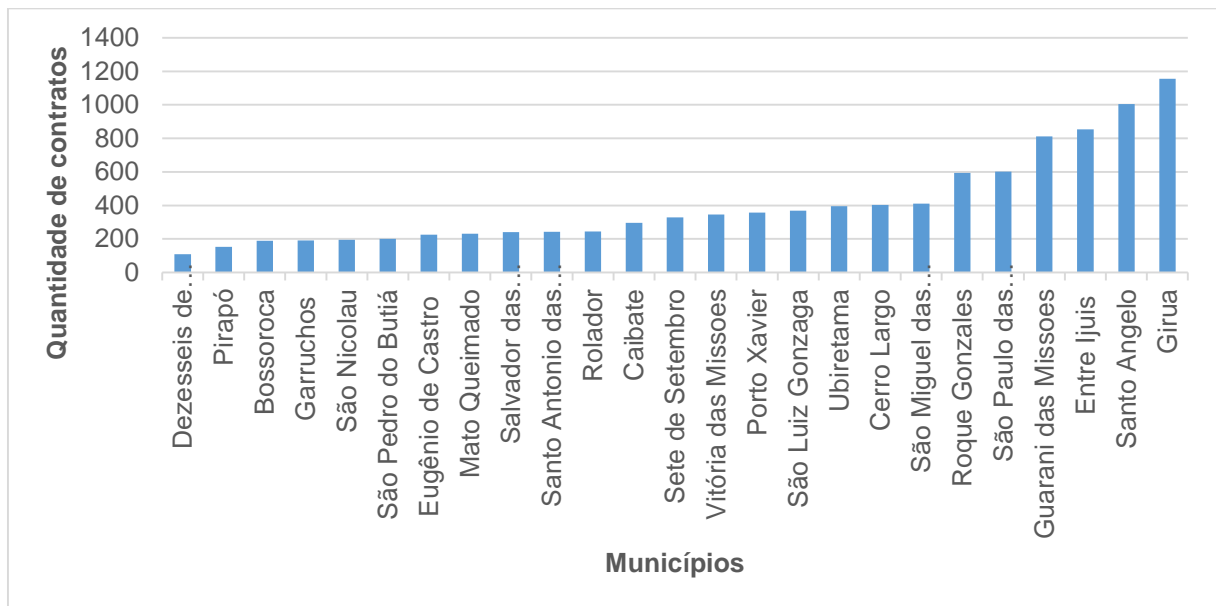
A linha de financiamentos destinada a investimentos agrícolas e pecuários, financia a infraestrutura produtiva da unidade de produção, para unidades agrícolas e não agrícolas. São financiados máquinas e equipamentos, infraestrutura produtiva, animais e culturas consideradas permanentes, tanques e resfriadores, irrigação, turismo rural, confecções, movelaria, entre outros. O Pronaf, desde sua criação, aplicou aproximadamente R\$160 bilhões em mais de 27 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores familiares. Desses recursos, em torno de 50% foram disponibilizados para a modalidade investimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

### 4.2.1 Investimento agrícola

O investimento agrícola é descrito como uma linha de financiamento para aquisição de bens, máquinas e equipamentos, construção ou reforma de galpões, armazéns e implementos e para plantio de culturas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017). Essa opção de financiamento é, no geral, muito ampla. De acordo com Souza e Barbé (2014), em relação a distribuição dos financiamentos da linha investimento, tende a ser menos desigual que as demais modalidades, no entanto, ao analisar o período entre, 1998 e 2012, percebeu-se que quando houve redução entre as linhas de investimento agrícola e pecuário, os financiamentos agrícolas mantiveram-se mais estáveis. Segundo o Banco Central do Brasil (2017), durante o período delimitado pelo este estudo (2013-2018), foram captados aproximadamente 1.765.000 contratos e cerca de 26 bilhões em recursos na modalidade de investimento agrícola, em todo

território brasileiro. A média de captação foi de cerca de 292 mil contratos por ano e aproximadamente 4,3 bilhões de reais.

Conforme demonstram os dados captados a partir da Matriz de Dados do Crédito Rural, o número de contratações varia entre os municípios. Desse modo, o Gráfico 7, identifica a quantidade de contratos captados por cada município do Corede Missões, entre 2013 a 2018, na modalidade de investimento agrícola entre 2013 e 2018.

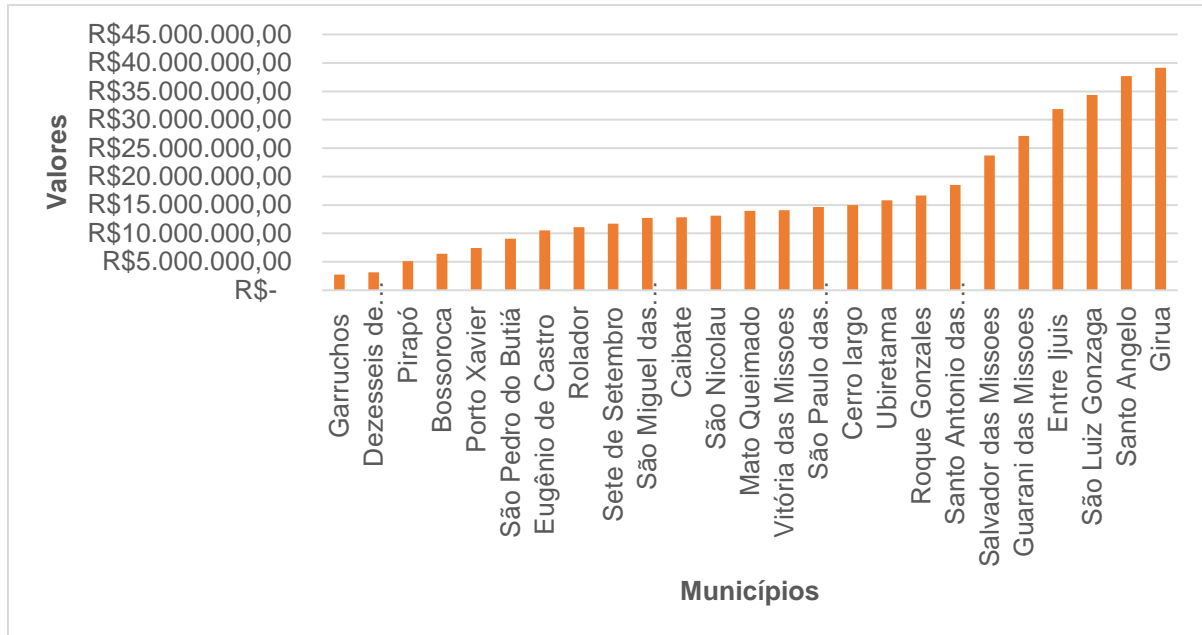


Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

O Gráfico 7, demonstra que o município que mais captou contratos em investimentos agrícolas, foi Giruá, com 1156 contratações. No entanto, o município que captou a menor quantidade de contratos (119) nessa modalidade, foi Dezesseis de Novembro. Gazolla e Schneider (2013) destacam que o programa vem apoiando lavouras que caracterizadas pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas agrícolas e até sementes geneticamente modificadas, fatores que vem intensificando a produção. A média de contratos captados por município do Corede Missões em cada ano, ficou em torno de 67 contratos, número semelhante ao do estado, que ficou por volta 68 contratos por município.

O gráfico 8, apresenta os valores captados por cada município no período investigado.

Gráfico 8-Valor total captado entre 2013 e 2018 em investimento agrícola.

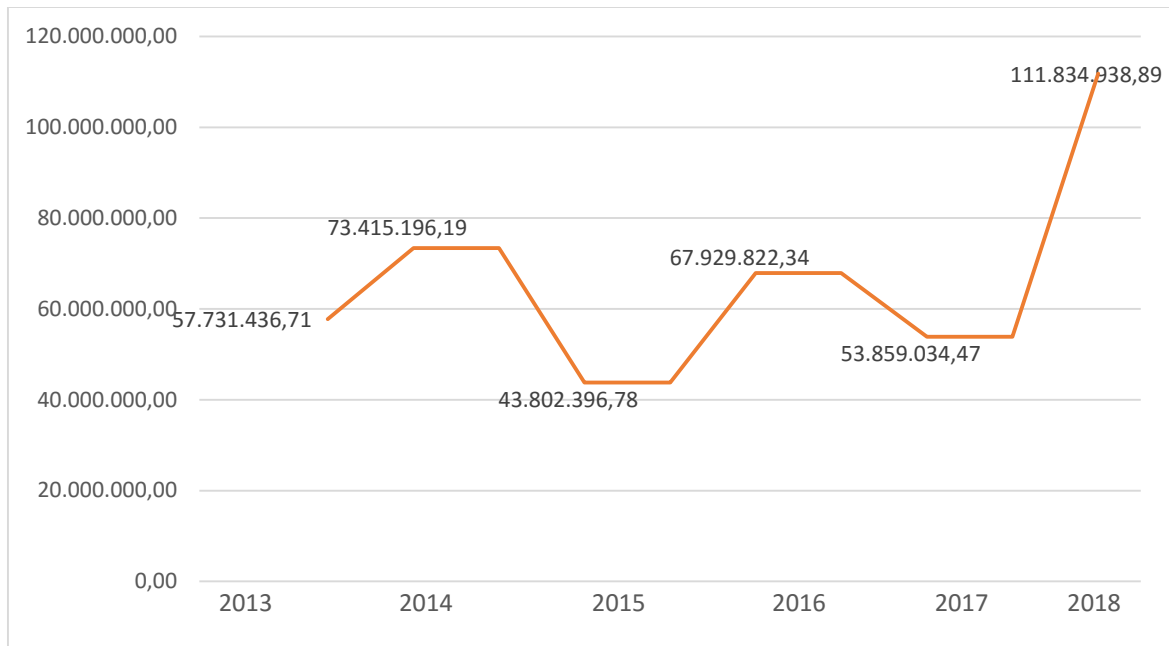


Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

O município do Corede Missões que mais captou recursos em investimentos agrícolas entre 2013 e 2018, foi Giruá, totalizando um valor aproximado de 39 milhões. Todavia, Garruchos foi o município que captou o menor valor em recursos, foram R\$. 2.757.774,91. Cabe destacar que Giruá posicionou-se em primeiro lugar na captação de contratos e recursos, diferente de Garruchos, que apesar ter captado mais contratos que Dezesseis de Novembro, Pirapó e Bossoroca, coloca-se como o município que adquiriu o menor valor em recursos de investimento agrícola. Ainda, segundo Gazolla e Schneider (2013), é possível comparar a captação de recursos e contratos de um lugar ao outro, às atividades financiadas, uma vez que, algumas demonstram maior efetividade.

O Gráfico 9, apresenta os valores totais desta modalidade, no período de 2013 a 2018:

Gráfico 9: Valor total dos recursos captados para cada ano entre 2013 e 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Por meio do Gráfico 9, percebe-se que ocorreu uma significativa variação nos recursos captados durante o período, refletido em um desvio padrão de R\$ 26.385.806,5, o que demonstra que o valor captado anualmente difere, podendo variar em até 26 milhões. A média de recursos captados por ano nos municípios do Corede Missões, ficou em torno de 68 milhões de reais, sendo o valor médio por município de cerca de 2,7 milhões de reais. A média de contratação de recursos anuais do estado ficou próxima a 1,2 bilhões de reais e a média de contratação por município em cada ano, ficou 2,4 milhões, demonstrando que o Corede Missões, apresenta um valor médio de captação por município, superior do ao estado.

A tabela 5, demonstra a diversidade no custeamento de investimentos agrícolas. Concomitante a isso, apresenta também a quantidade de contratos captados durante o período nesta modalidade.

Tabela 5 - Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em investimento agrícola.

Contratos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Trator</b>	178	299	214	231	257	391	1570
<b>Outras Máquinas</b>	633	602	406	446	6		2093
<b>Oculto</b>	299	246	208	212	241	274	1480
<b>Proteção de solo</b>	236						236

<b>Correção Intensiva do Solo</b>	471	74	45	97	101	192	980
<b>Residências Rurais</b>	182						182
<b>Máquinas e implementos</b>	579	106	81	51	473	642	1932
<b>Camionetas</b>	10	47	10				67
<b>Depósitos e instalações</b>	153	71	51	42	50	75	442
<b>Outras aplicações</b>	283	12	8				303
<b>Melhoramentos</b>	24	17	10	8			59
<b>Reformas de aparelhos</b>	13	21	7	9	14	26	90
<b>Outros veículos</b>	65	53					118
<b>Irrigação</b>	26	19			6	4	55
<b>Carretas</b>	7						7
<b>Eletrificação</b>	4						4
<b>Cana de açúcar</b>	17	6	10	6	10		49
<b>Bovinos</b>	6		4				10
<b>Outras culturas</b>	11	9			7		27
<b>Jipes</b>			4				4
<b>Colheitadeira</b>		31	45	47	80	164	367
<b>Silo</b>				7	4	4	15
<b>Reboques</b>					4	6	10
<b>Armazém</b>						9	9
<b>Equipamentos e utensílios</b>						4	4
<b>Motocicletas</b>						4	4
<b>Construção/recuperação</b>						4	4
<b>Construção/reformas</b>						8	8
<b>Total</b>	3197	1613	1103	1156	1253	1807	10129

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019

Verifica-se que produtos como tratores e demais máquinas são responsáveis pela captação de grande parte dos recursos emitidos pelo investimento agrícola na região. A Tabela 6, apresenta os produtos financiados e o valor captado por cada um deles, no período entre 2013 e 2018, em investimento agrícola.

Tabela 6- Valor captado por cada produto do investimento agrícola entre 2013-2018

Valores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Trator</b>	13.548.054,26	19.718.008,73	11.704.384,66	13.166.827,32	15.345.527,38	26.867.873,24	100.350.675
<b>Outras Máquinas</b>	14.825.507,69	18.577.795,88	10.882.772,16	16.609.050,79	240.756,76		61.135.883
<b>Oculto</b>	8.297.897,54	16.710.120,92	9.085.476,84	25.145.183,87	10.482.858,23	14.480.934,59	84.202.471



<b>Proteção de solo</b>	947.082,38						947.082
<b>Correção Intensiva do Solo</b>	4.449.455,69	1.348.872,77	1.236.18,20	2.273.873,86	2.610.774,56	5.923.332,39	16.606.309
<b>Residências Rurais</b>	1.769.276,74						1.769.276
<b>Máquinas e implementos</b>	6.157.590,77	3.166.804,02	2.216.239,13	1.966.557,94	15.345.527,38	40.968.671,14	69.821.390
<b>Camionetas</b>	283.488,28	1.706.068,52	421.855,41				2.411.412
<b>Depósitos e instalações</b>	18.693.576,80	3.002.572,96	2.184.101,45	1.727.287,17	2.563.907,23	3.812.704,94	29.800.049
<b>Outras aplicações</b>	1.804.229,73	177.203,20	250.740,24				2.232.17
<b>Melhoramentos</b>	81.143,29	275.392,85	175.967,43	2.290.778,51			2.823.282
<b>Reformas de aparelhos</b>	101.940,15	214.593,14	108.422,43	101.713,12	305.730,46	696.754,91	1.529.154
<b>Outros veículos</b>	1.959.226,51	1.761.351,31					1.959.226
<b>Irrigação</b>	359.846,73	885.623,94			100.019		1.345.489
<b>Carretas</b>	40.084,00						40.084
<b>Eletrificação</b>	13.681,00						13.681
<b>Cana de açúcar</b>	216.628	146.289,50	172.843	114.296	233.580		883.636
<b>Bovinos</b>	22.200		21.700				43.900
<b>Outras culturas</b>	135.014,87	93.880,32			81.300		310.195
<b>Jipes</b>		710.735,29	151.398				862.133
<b>Colheitadeira</b>		2.365.194,12	4.059.243,48	4.430.683,33	6,449.685,67	14.097.831	24.952.951,
<b>Silo</b>				53.721,68	258.054,65	3.529.667	3.841.443
<b>Reboques</b>					84.710	136.845	221.555
<b>Armazém</b>						905.718,72	905.718
<b>Equipamentos e utensílios</b>						32.900	32.900
<b>Motocicletas</b>						50.780	50.780
<b>Construção/recup</b>						48.965	48.965
<b>Construção/reforma</b>						283.623,60	283.623
<b>Total</b>							470.849.083,81

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Por meio da análise das Tabelas 5 e 6, percebe-se que o maior número de contratos captados se destinam para opção de “outras máquinas”, com 2093 contratos e cerca de 61 milhões em recursos adquiridos. Entre Ijuís é o município que mais captou contratos nessa modalidade, foram 231 contratações e aproximadamente 6,4 milhões financiados. O segundo município a fazer mais contratações é Giruá, com 229 contratações e R\$6.068.059,95 em recursos. Santo Ângelo é o terceiro município a adquirir mais contratos para máquinas, ou seja, foram 178 contratações e R\$4.826.273,50 em financiamentos.

O segundo lugar a captar mais contratos direciona-se a máquinas e implementos, totalizando 1932 contratos e mais de 60 milhões. O município que mais captou contratos, foi Giruá, com 211 contratações e R\$6.064,592,88 em recursos

recolhidos. Na segunda posição como maior receptor de contratos para esta finalidade, encontra-se o município de Santo Ângelo com 191 contratos e R\$6.457.842,47. Em terceiro lugar, Guarani das Missões, com 182 contratos e R\$5.461.471,98.

O trator é o terceiro produto que mais foi financiado através de investimentos agrícolas do Pronaf, atingindo 1570 contratos e cerca de 100 milhões. Os municípios que mais adquiriram tratores por meio de investimento agrícola, foram Giruá e Santo Ângelo, com 172 contratos. Giruá obteve R\$10.177.296,74 em recursos e Santo Ângelo, R\$10.887.698,01. Apesar da mesma quantidade de contratos adquiridos nos dois municípios, Santo Ângelo, arrecadou um valor maior, demonstrando que a média de valor por contratos é maior que no município de Giruá. O segundo município que mais efetivou a compra de tratores por financiamento agrícola, foi Guarani das Missões, com 153 contratos e R\$8.905.344,48 em recursos adquiridos. O terceiro município em maior captação de contratos foi Entre Ijuís, efetivando 126 contratos e um valor financiado de R\$8.287.458,26. É possível analisar que, apesar de o número de contratos destinados a compra de tratores ter sido inferior aos contratos de compra de outras máquinas e máquinas e implementos, os recursos emitidos foram consideravelmente maiores, o que demonstra que o valor médio por contrato captado para a obtenção de trator, é superior, ou seja, o valor médio dos contratos destinados a compra de tratores, ficou em torno de 64 mil reais, já a média de valor por contrato para a compra de máquinas e implementos, aproximou-se de 31 mil reais e para a compra de outras máquinas, girou em torno de 29 mil reais.

Foram custeadas também através dos investimentos agrícolas, atividades relacionadas a correção e proteção do solo. Segundo a Embrapa (2019), a correção dos solos é feita para aumentar o pH do solo, através da realização de calagem, ou seja, a aplicação de calcário no terreno. Já a proteção do solo, está associada as práticas e técnicas agrícolas que visa o manejo correto das terras cultiváveis, evitando a erosão. Durante o período analisado foram feitas 1.216 contratações destinadas a essas duas finalidades.

Por meio dos recursos de investimento agrícola foram adquiridas camionetas, carretas, jipes, reboques, motocicletas e outros veículos. Foram no total 210 contratos destinados para a compra destes produtos e um valor aproximado de 7 milhões em financiamentos. Além disso, captaram-se 451 contratações e cerca de 16 milhões em recursos para a construção de depósitos e armazéns. Conforme descrito por Silva

(2006), através do custeamento desse tipo de instalação, o Pronaf procura auxiliar os agricultores e cooperativas no armazenamento, beneficiamento ou industrialização dos produtos e insumos agropecuários, bem como, de máquinas e implementos agrícolas.

A tabela 5 exhibe também os contratos que foram destinados a melhoramentos das atividades agrícolas, reformas de máquinas e veículos, compra de peças e acessórios, além de construções e recuperação de barragens, tanques, sistemas de captação de água como poços artesianos e cisternas e eletrificação e irrigação. Designaram-se as essas realizações, 130 contratos. Abramovay e Veiga (1998), descrevem a importância da construção de poços artesianos em locais que apresentam poucos recursos hídricos, oportunizando um aumento na produtividade através de sistemas de irrigação. Da mesma forma, a Embrapa (2010) destaca a instalação de energia elétrica e telefonia rural, como uma forma de prezar pela qualidade de vida e a produção nas propriedades rurais.

Outras aplicações, equipamentos e utensílios e silos também foram adquiridos nos municípios do Corede Missões através do Pronaf. Foram cerca de R\$ 6 milhões financiados e 322 contratos captados. Outro produto que apresentou grande demanda, é a colheitadeira, ou seja, foram 367 contratos para a obtenção das máquinas e mais de 30 milhões em recursos colhidos. O município que mais efetivou contratos (59) para a compra de colheitadeiras, foi Giruá, com R\$4.862.950,00 recursos adquiridos. O segundo município que mais comprou colheitadeiras através do programa, foi Guarani das Missões, com 43 contratos e R\$2.907.146,00 financiados. Santo Ângelo foi o terceiro município que captou mais contratos com este intuito, totalizando 40 contratações e cerca de 3 milhões em financiamentos. Cabe destacar a empregabilidade desta máquina para colheita, principalmente das plantações de soja, podendo estar relacionado o fato de Giruá ser o município que mais captou contratos para o plantio de soja, como também o que mais adquiriu colheitadeiras por meio do Pronaf no período analisado.

No entanto, apesar apresentar na grande maioria a obtenção de máquinas e equipamentos, ou até mesmo, produtos que estejam diretamente interligados com a produção, por meio do investimento agrícola, foram captados 86 contratos em relação a cana de açúcar, bovinos e outras culturas. Ainda, de acordo com a tabela 5, ocorreram 1.480 contratações ocultas. Observa-se a diversidade nas captações, uma

vez que, foram custeados 28 produtos nesta modalidade, o que representa uma grande variedade produtiva na região.

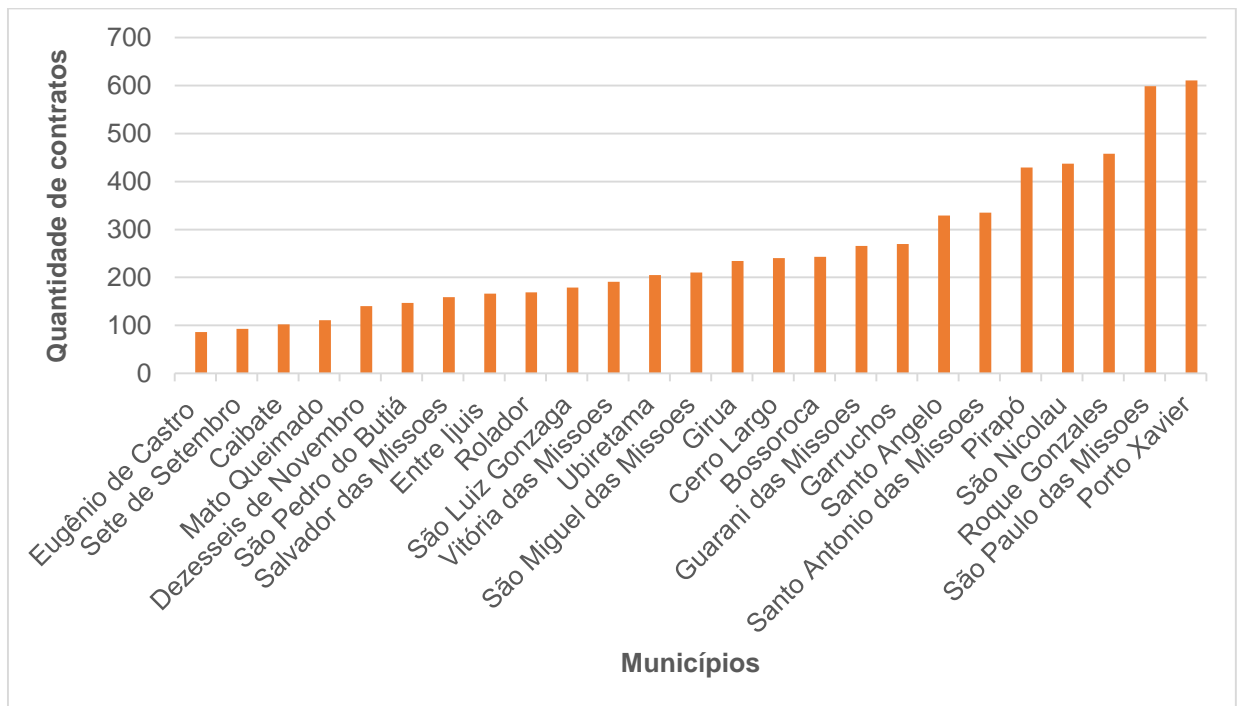
Diante disso, observou-se a grande representatividade de investimentos agrícolas no Corede Missões, através do resultado de que foram captados 10.129 contratos e absorvidos cerca de 470 milhões em recursos. A média de contratos, foi de 1.688,16 por ano e o valor por contrato ficou em torno de R\$11.041,0642, sendo que os principais produtos adquiridos foram máquinas, implementos e tratores. De acordo com Funk e Alves (2007), a maior parcela da produção agrícola do Corede está vinculada à produção de soja, ou seja, o subsetor responsável pela soja, é industrializado no próprio Corede e se transforma em vários produtos, além de fomentar a indústria através da fabricação de máquinas e equipamentos ligados a indústria. Indiretamente, as linhas de financiamentos encontram-se ligadas, uma vez que, juntas tem trazido importantes resultados econômicos ao Corede analisado. Além do mais, a Região das Missões, captou no período analisado, cerca de 1,8% do valor total captado na modalidade de investimento agrícola, em todo país.

#### **4.2.2 Investimento pecuário**

O investimento pecuário pode ser visto como uma linha de financiamento para aquisição de animais para reprodução, cria ou serviço e reprodutores. Além disso, auxilia na formação, reforma ou recuperação de pastagens; aquisição de máquinas e equipamentos e construções rurais (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2019). De acordo com Souza, Ney e Ponciano (2011), uma das críticas recorrentes sobre a operacionalização do Pronaf é a concentração dos financiamentos, que favorecem especialmente a região Sul. O que tem contribuído com a melhoria na distribuição dos recursos, são os investimentos, em especial na pecuária. De acordo com Banco Central do Brasil (2017), foram captados mais de 4.600.000 contratos e cerca de 41 bilhões na modalidade de investimento pecuário, entre 2013 e 2018, em todo Brasil. A média de contratos captados por ano ficou em torno de 766 mil, já a média de recursos ficou por aproximado de 6.8 bilhões por ano.

Como nas demais modalidades analisadas, a captação de contratos de investimento pecuário, difere entre o território delimitado para o estudo. O Gráfico 10, apresenta a quantidade de contratos captados por cada município do Corede Missões, no período estabelecido, na modalidade de investimento pecuário.

Gráfico 10 - Contratos captados por cada município para custeio investimento pecuário no período estabelecido

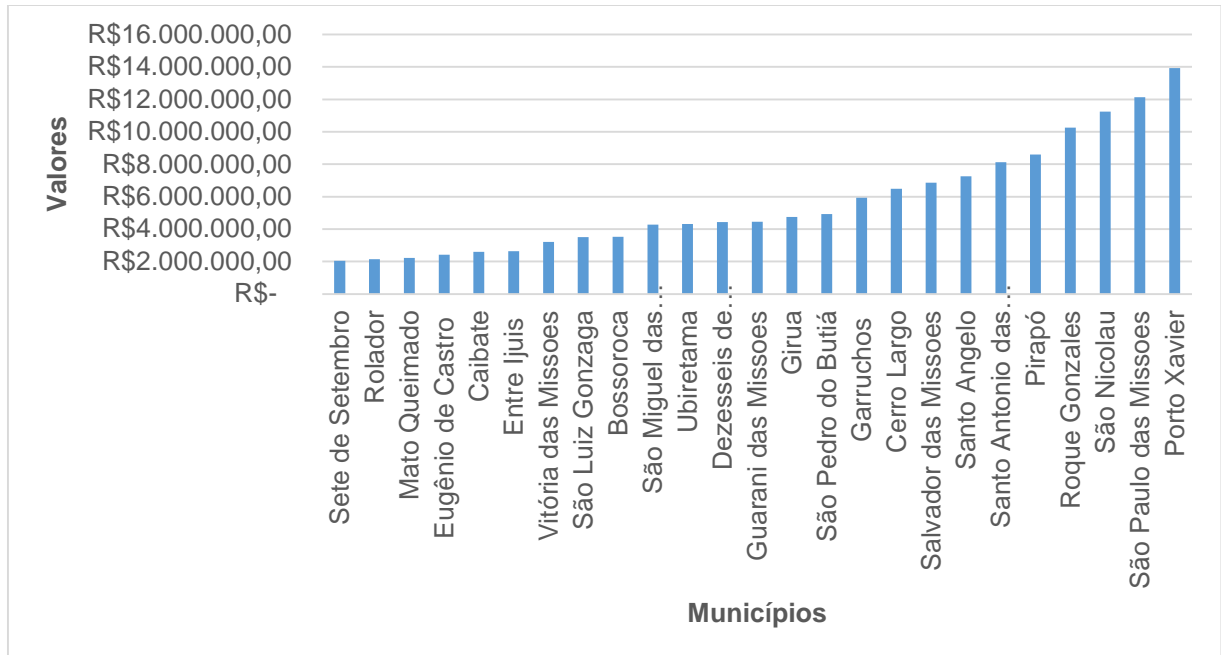


Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

O município que mais captou contratos (611) em investimento pecuário, foi Porto Xavier. Já o município que acessou um menor número de contratos para esta modalidade, foi Eugênio de Castro, com 86 contratações. A média de contratos anuais nos municípios do Corede Missões na modalidade de investimento pecuário ficou em torno de 252 contratos por município, superior à média do estado, que foi em média de 198 contratos por município.

O gráfico 11, apresenta os valores captados pelos municípios do Corede Missões, durante o período estabelecido.

Gráfico 11- Valor total captado entre 2013 e 2018 em investimento pecuário.

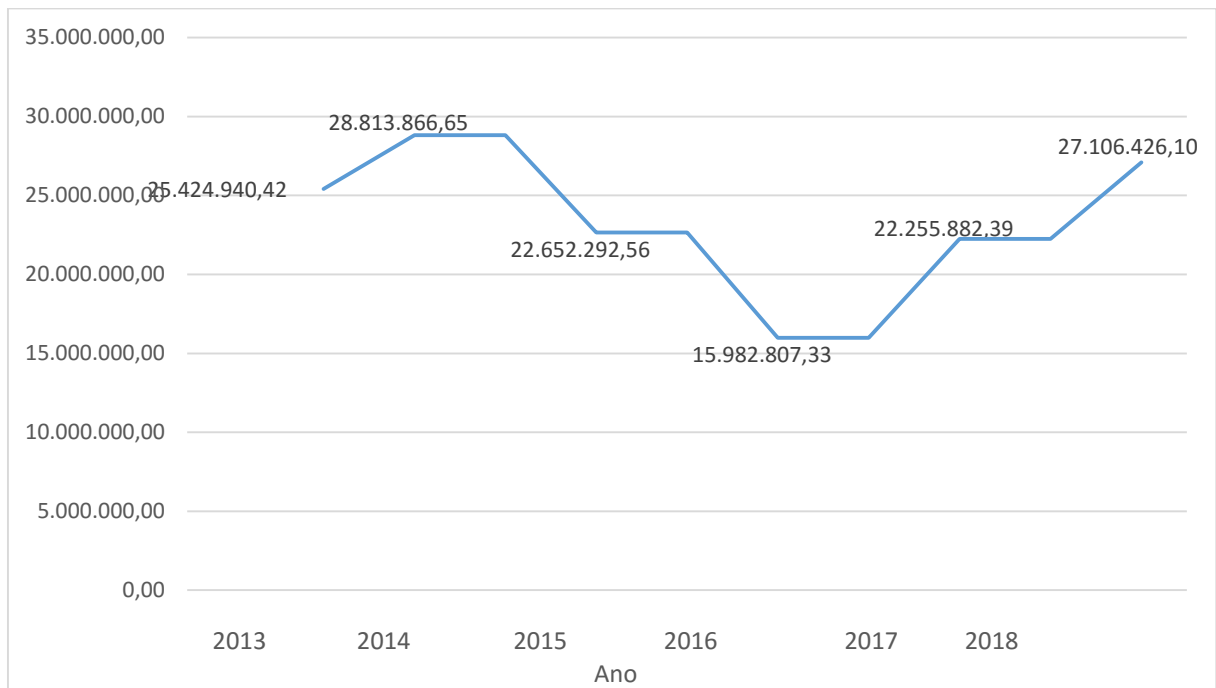


Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

O município que mais captou recursos em investimentos pecuários, durante o período entre 2013 e 2018, foi Porto Xavier, com mais de 13 milhões adquiridos. Por outro lado, Sete de Setembro foi o município que captou menos recursos nessa modalidade. De acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Xavier (2019), o município possui a única destilaria de álcool ativa do estado. Esse fato por estar relacionado com investimentos em máquinas, equipamentos, melhoramentos, entre outros.

O Gráfico 12, apresenta os valores totais nesta modalidade, no período entre 2013 e 2018.

Gráfico 12: Valor total dos recursos captados para cada ano entre 2013 e 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural, 2019.

Dessa forma, através do Gráfico 12, é possível observar um desvio padrão de R\$ 4.549.039,48, ou seja, os valores captados anualmente diferem, podendo variar em até 4 milhões de reais. A média anual captada pelos municípios do Corede Missões, ficou em torno de 23, 3 milhões de reais, sendo que a média de recursos captada por município, ficou em aproximadamente 940 mil reais. Por outro lado, a média estadual de captação por ano, ficou cerca de 471 milhões, sendo a média por município, próxima a 949 mil, o que demonstra que a média estadual de captação por município é levemente superior à média do Corede Missões.

A tabela 7 apresenta a variedade na contratação de investimentos pecuários. Além do mais, indica também a quantidade de contratos captados durante o período nesta modalidade.

Tabela 7 -Produtos financiados e o número de contratos entre 2013 a 2018 em investimentos pecuários.

<b>Contratos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
<b>Bovinos</b>	873	675	452	308	247	275	2830
<b>Pastagem</b>	136						136
<b>Oculto</b>	256	241	200	188	185	203	1273
<b>Outros melhoramentos</b>	205	62	45	16			328
<b>Proteção do Solo</b>	41						41
<b>Correção Intensiva do Solo</b>	13	4		4			21
<b>Ovinos</b>	10	4					14
<b>Máquinas, aparelhos e implementos</b>	300	188	113	57	59	36	753
<b>Outras aplicações</b>	313	34	9				356
<b>Embarcações</b>	8						8
<b>Armazém, depósito ou galpão</b>	68	14	4	4	6		96
<b>Outras máquinas</b>	23	31	27	6			87
<b>Pescado</b>	89					4	93
<b>Embarcação pequena</b>		5	4				9
<b>Jipes</b>		5					5
<b>Camioneta</b>		9					9
<b>Suínos</b>		6	4		4	17	31
<b>Trator</b>		8	14	14	34	28	98
<b>Outros sistemas de cap. de água</b>			6				6
<b>Prestação de assessoria téc</b>			4				4
<b>Máquinas e implementos</b>					36	59	95
<b>Construção e reformas</b>					9	5	14
<b>Carretas</b>						4	4
<b>Total</b>	<b>2335</b>	<b>1286</b>	<b>882</b>	<b>597</b>	<b>580</b>	<b>631</b>	<b>6311</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A Tabela 8, indica os produtos financiados e o valor captado por cada um deles, no período entre 2013 e 2018, em investimento pecuário. A partir dela, observa-se a variação na captação de recursos e a representatividade econômica que os itens representam aos investimentos do Corede Missões.



Tabela 8 - Valor captado por cada produto do investimento pecuário entre 2013 e 2018.

Investimentos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Bovinos</b>	12.299.767,76	16.066.023,12	13.463.561,38	8823974,83	8.414.818,97	10.100.188,65	<b>69.168.334</b>
<b>Pastagem</b>	470.802,25						<b>470.802</b>
<b>Oculto</b>	4.244.582,41	6.081.347,52	3.861.915,99	5.631.209,05	9.174.719,74	8.621.289,38	<b>37.615.064</b>
<b>Outros melhoramentos</b>	1.513.381,92	1.376.709,59	658.017,12	171.080,07			<b>3.719.188</b>
<b>Proteção do Solo</b>	208.817,50						<b>208.817</b>
<b>Correção Intensiva do Solo Ovinos</b>	76.252,26	55.091,50		21.068,40			<b>152.412</b>
	51.858,60	42.500,00					<b>94.358</b>
<b>Máquinas, aparelhos e implementos</b>	2.788.344,58	2.740.820,91	1.608.036,12	747.665,85	889.572,94	805.524,68	<b>9.579.965</b>
<b>Outras aplicações</b>	1.915.140,35	235.700,89	-				<b>2.150.841</b>
<b>Embarcações</b>	44.500,00						<b>44.500</b>
<b>Armazém</b>	728.019,87	224.947,28	50.819,82	38.214,38	97.691,10	1.213.258,36	<b>2.352.950</b>
<b>Outras máquinas</b>	165.408,99	345.773,41	487.012,75	68.604,75			<b>1.066.799</b>
<b>Pescado</b>	325.210,60					18.011,29	<b>343.221</b>
<b>Embarcação pequena Jipes</b>	-	22.049,20	28.036,00				<b>50.085</b>
	-	171.450,00					<b>171.450</b>
<b>Camioneta</b>	168.629,77	305.988,14					<b>474.617</b>
<b>Suínos</b>	-	-	1.199.379,62		495.288,00	3.051.750,02	<b>4.746.417</b>
<b>Trator</b>	272.573,96	484.988,71	741.523,39	480.990,00	221.660,39	1.237.830,66	<b>3.439.567</b>
<b>Outros sistemas de cap. de água</b>			41.829,00				<b>41.829</b>
<b>Prestação de assessoria téc</b>	-	-	760,26				<b>760</b>
<b>Máquinas e implementos</b>	-				782.956,20	1.518.685,72	<b>2.301.641</b>
<b>Construção e reformas Utilitários</b>	-				149.175,05	88.241,34	<b>237.416</b>
	11.649,60						<b>11.649</b>
<b>Carretas</b>	-					70.450,00	<b>70.450</b>
<b>Total</b>	<b>25.284.940,42</b>	<b>28.153.390,27</b>	<b>22.140.891,45</b>	<b>15.982.807,33</b>	<b>20.225.882,39</b>	<b>26.725.230,10</b>	<b>138.513.141,96</b>

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Matriz de Dados do Crédito Rural

Com base nas tabelas 7 e 8, é possível notar que o maior número de contratos desta modalidade de crédito, foi destinado para o financiamento de bovinos. Foram 2.830 contratos e aproximadamente 69 milhões em recursos adquiridos. Porto Xavier, foi o município que mais contratou a compra de bovinos, ou seja, foram 408 contratos

e cerca 6,5 milhões de reais. O segundo município que mais captou contratos em relação a compra de bovinos, foi Pirapó, com 216 contratações e aproximadamente 5 milhões em recursos. Roque Gonzáles posiciona-se como o terceiro município que mais captou contratos, foram 188 contratações e R\$5.146.447,71 em recursos adquiridos

A segunda opção que mais captou contratos em investimento pecuário, foi máquinas, aparelhos e instrumentos. Captaram-se 753 contratos e 9 milhões em recursos obtidos. O município que mais captou contratos para este fim, foi São Paulo das Missões, retendo 128 contratações e cerca de 1 milhão recursos financiados. O segundo município que mais contratou máquinas, aparelhos e instrumentos, foi Santo Ângelo, adquirindo 85 contratos e um valor de 855 mil reais. Em terceiro lugar, registrando 63 contratos e cerca de 600 mil reais em financiamentos. Além disso, foram obtidos 95 contratos para máquinas e implementos, somando um valor de mais de 2 milhões de reais.

Outros 684 contratos foram destinados para as opções de “outros melhoramentos” e “outras aplicações”. Além disso, foram captados 93 para “outras máquinas” e “outros sistemas de captação de água”. De acordo com Gazolla e Schneider (2013), o Pronaf contribuiu para melhorar as condições de produção e manter os agricultores no campo, facilitando as atividades do dia a dia e melhorando qualidade de vida. Quanto aos contratos de pastagem, correção intensiva do solo e proteção do solo, foram adquiridos 190 e um valor de aproximadamente 800 mil reais.

A Tabela 7 demonstra que a partir dos investimentos pecuários, também foram comprados outros veículos e máquinas, tais como trator, jipe, carretas e camionetas, somando 116 contratos. Já, como armazéns e depósitos, construções e reformas e prestação de assessoria, captaram 114 contratações durante o período analisado.

Diante aos resultados expostos, é possível constatar que os municípios do Corede Missões captaram entre 2013 e 2018, 6.311 contratos e cerca de R\$ 140 milhões em recursos em investimentos pecuários, sendo que os principais produtos custeados foram bovinos, máquinas e implementos e outros melhoramentos e aplicações. Conforme destacado em um estudo realizado por Dalcin et al (2017), no período entre 2013 e 2016, os financiamentos de investimento pecuário realizados Corede Missões, captaram cerca de 0,49% dos recursos liberados para todas as linhas de financiamento. A Região das Missões, por sua vez, captou, entre 2013 e 2018, cerca de 0,3% do total dos recursos captados em todo território brasileiro.

O elevado número de captação de contratos e recursos para a compra de bovinos ou atividades relacionadas a estes, indica a representatividade da atividade leiteira na região. Um projeto realizado pelo Sebrae, que tinha como objetivo aumentar a rentabilidade e a sustentabilidade em 65 propriedades da região, entre 2015 e 2018, demonstrou que apesar da crise no setor produtivo leiteiro durante período analisado, 55% das empresas tiveram um aumento de 5% no faturamento, 83% das propriedades implementaram controles gerenciais, 28% delas atingiram um alto padrão de qualidade e 48% aumentaram o volume físico da produção (SEBRAE, 2019).

## 5 CONCLUSÕES

A criação e surgimento do Programa Nacional da Agricultura Familiar em 1996, simboliza um processo de melhoria e acesso a investimentos, principalmente por parte da agricultura familiar. O programa vem tornando-se, ao longo do tempo, uma das mais importantes políticas públicas que incidem sobre o meio rural brasileiro, principalmente pelo fato de abranger a grande maioria dos municípios do país, além de ter oportunizado maior democratização do acesso ao crédito e a visibilidade social de um público que até então sofria com a falta de reconhecimento e oportunidade. A grande variedade de financiamentos, tem auxiliado aos agricultores familiares no custeio e financiamento das atividades agrícolas a fim de melhorar o cotidiano no meio rural. Desse modo, estabeleceu-se como objetivo analisar as captações dos recursos e características dos contratos do Pronaf nos municípios do Corede Missões/ RS (2013-2018).

Através da análise dos dados da Matriz de Dados de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, no período entre 2013-2018, para os municípios do Corede Missões, identificou-se que por meio do custeio agrícola foram captados 56.333 contratos em custeio agrícola e cerca de 1 bilhão de reais, sendo a produção de grãos a principal atividade financiada por esta modalidade. Em relação ao custeio pecuário, captou-se aproximadamente 21.359 contratos e cerca de 350 milhões em custeio pecuário, sendo que a compra de bovinos foi a principal finalidade custeada. Desse modo, destaca-se que os financiamentos na atividade agrícola têm maior expressão em relação ao pecuário, pois foram cerca de 650 milhões em recursos e aproximados 30.000 contratos a mais em custeio agrícola do que custeio pecuário.

Quanto aos investimentos agrícolas, observou-se que foram captados 10.129 contratos e absorvidos cerca de 470 milhões em recursos nos municípios do Corede Missões, entre 2013-2018, sendo que os principais produtos adquiridos foram máquinas, implementos e tratores. Em relação à captação de investimento pecuário, entre 2013 e 2018, foram 6.311 contratos e cerca de R\$ 140 milhões tendo como os principais produtos financiados bovinos, máquinas e implementos e outros melhoramentos e aplicações. Percebe-se ainda, que a atividade agrícola apresenta números superiores na captação de contratos e recursos em relação aos financiamentos pecuários. Foram captados cerca de 300 milhões e aproximadamente 4.000 contratos a mais em investimentos agrícolas.

Na Região das Missões, foram captados aproximadamente 1,3 bilhões de reais em recursos e cerca de 77.300 contratos de custeio agrícola e pecuário. Já a linha de financiamento de investimento, captou em torno de 610 milhões de reais e cerca 16.400 contratos, o que conclui que a Região das Missões, tem acessado mais a linha de custeio, ou seja, tem investido mais na produção de grãos e bovinos de leite, do que na compra de máquinas no geral. Diante disso, cabe destacar que o Pronaf tem auxiliado na ingestão de recursos, fomentando as propriedades de agricultores familiares, através de subsídio para a produção e investimento. Ainda, analisou-se que a distribuição dos contratos e recursos difere entre os municípios e que isso ocorre por diversos fatores, como por exemplo, o tipo de produção, área plantada, clima, entre outros, levando em consideração as especificidades de cada local.

As principais limitações para a realização da pesquisa, referem-se a dificuldade de acesso em relação a dados nacionais do Pronaf. A falta de informação dificulta a comparação entre os estudos, uma vez que, a Matriz de Dados do Crédito Rural, só oferece os dados a partir do ano de 2013.

Para a realização de futuros trabalhos, sugere-se pesquisas relacionadas a linhas específicas de financiamento, por exemplo Pronaf Mulher e Pronaf Jovem, de forma que seja possível compreender a representatividade tanto das mulheres como de jovens na captação dos recursos destinados ao fomento das atividades voltadas a agricultura familiar no Corede Missões. Ainda, sugere-se a comparação entre os recursos, contratos e produtos custeados ao Corede Missões, com os demais Coredes, como forma de visualizar as especificidades de captação de cada região do estado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da; Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In:\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão**. Brasília. IPEA, 1999. Cap. 1, p 01-51. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td\\_0641.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf)>. Acesso em: 5 out.2019.
- ANES, Carlos Eduardo Ruchel; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. Arranjo Produtivo Local e as Agroindústrias Familiares da Região das Missões: Lógicas Diferentes? **Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.112-134, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/issue/view/486/showToc>>. Acesso em: 07 maio 2019.
- ARAUJO, Jair Andrade; FILHO, José Eustáquio Ribeiro Viera. Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura no Brasil no período de 2007-2016. In:\_\_\_\_\_. **Textos para Discussão**. Rio de Janeiro. IPEA, 2018.cap.1, p 01-52. Disponível em:< [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8696/1/td\\_2412\\_.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8696/1/td_2412_.pdf)>. Acesso 25 out. 2019.
- BALSAN, Rosane. **A Agricultura Familiar Como Locus De Desenvolvimento Para Um “Novo” Mundo Rural: O Caso Das Unidades De Produção Familiar Do 20 Distrito, Vila Toroquá – Município De São Francisco De Assis-RS**. 2001. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95684/balsan\\_r\\_me\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/95684/balsan_r_me_rcla.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 04 abr.2019.
- BENATTI, Gabriela Solidário de Souza; BUAINAIN, Antônio Márcio. Capacidades Estatais e políticas públicas: um estudo preliminar aplicado ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: INOVAÇÃO, EXTENSÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 55.,2017, Santa Maria. **Anais Eletrônicos...** Santa Maria, Ufsm, 2017. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7617.pdf>>. Acesso em: 04 abr.2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. 2019. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/calculadoradocidadao> >. Acesso em: 16 maio 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**. 2017. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc\\_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#1](https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2FPRONAF.asp#1)>. Acesso em: 17 abr.2019.
- BARBOSA, A.S; ALVES, T.W; MASSUQUETTI, A. A Produção de Etanol no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6, 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/272-2.pdf>>. Acesso em: 27 out.2019

BATISTA, H. R; NEDER, H. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.52, n.1, p. 147-166, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 04 abr.2019.

BELTRAME, Gabriela; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. Impactos Socioeconômicos Ocasionados pelo Pronaf para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Ijuí. v.15, n.38, p. 87-107, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5542>>. Acesso em: 28 abr.2019.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. **Revista Ética e Filosofia Política**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, n.16, v.1, junho de 2013.

BIANCHINI, Valter. In: \_\_\_\_\_. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015**. Avanços e Desafios. Brasil: MDA, 2015, p.12-14. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF\\_20\\_ANOS\\_VALTER\\_BIANCHINI.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf)>. Acesso em: 18 abr.2019.

BRAMBILLA, Marcos Aurélio; MICHELLON, Ednaldo. Análise Espacial da Agricultura Familiar e do Pronaf da Região Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: INOVAÇÃO, EXTENSÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 55.,2017, Santa Maria. **Anais Eletrônicos...** Santa Maria, UFSM, 2017. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7418.pdf>>. Acesso em: 16 abr.2019.

BRASIL. **Decreto Nº 1.946, de 28 de Junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 28 jun. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 25 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BUAIANAIN, Antônio Márcio. Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. 1. ed. São Carlos: UFSCAR, 2005. p. 13-42.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto Nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 31 maio 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>>. Acesso em: 07 maio 2019.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite De; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier De. Relações De Trabalho Na Agricultura Familiar: O Estudo de Caso de Um Bairro Rural no Município de Ouro Fino-Mg. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL, 48.,2010, Campo Grande. **Anais Eletrônicos...** Campo Grande, UFMS, 2017. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1311.pdf>>. Acesso em: 16 abr.2019.

CANAL RURAL. **Encontro debate futuro da bacia leiteira das Missões (RS)**. 2015. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/encontro-debate-futuro-bacia-leiteira-das-missoes-58713/>>. Acesso em: 14 out.2019.

CAPELLESSO; Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.56, n.3, p 437-450, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v56n3/1806-9479-resr-56-03-437.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v.15, p.49-79, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p49>>. Acesso em: 19 abr.2019.

COSTA, Cássia Kely Favoretto; SOUSA, Marcio Miceli Maciel De; MASSUDA, Ely Mitie. Distribuição dos Recursos Financeiros do Pronaf para as Regiões Sul e Nordeste Do Brasil: Uma Análise Sob Teoria de Restrição De Crédito. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Maringá. v.3, n.3, p. 213-232, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/1703/1141>>. Acesso em: 23 abr.2019.

DALCIN, Dioneia et al. Aplicação dos Recursos do Pronaf e a Diversificação Contratual entre as Regiões Brasileiras: 2013 – 2016. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: Desafios em gestão, Inovação, Sustentabilidade e Inclusão Social. 56.,2018, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas, UNICAMP, 2018. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.8/1/8826.pdf>>. Acesso em: 24 abr.2019.



DALCIN, D. et al. A Captação De Recursos E Contratos Do Pronaf No Rio Grande Do Sul: Um Estudo Dos Coredes (2013 – 2016). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos....** Disponível em:

<<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16491/4194>>.

Acesso em: 08 abr. 2019.

DANTAS, Livia Aragão Correia. **Caracterização do Sistema Agropecuário dentro da Agricultura Familiar como Subsídio de Políticas Públicas:** 2013. 50 f.

Dissertação (Mestrado em Produção Animal) – Programa de Pós-Graduação em Produção Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Macaíba, 2013.

Disponível em:

<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17187/1/LiviaACD DISSERT.pdf>>. Acesso em: 19 jun.2019.

EMBRAPA. **Correção do solo.** 2019. Disponível

em<<https://www.embrapa.br/hortalicas/batata/correcao-do-solo>>. Acesso em: 23 out.2019

EMBRAPA. **Prática agropecuária.** S.d. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/praticas-agropecuarias>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **COREDES.** 2013. Disponível em: <

<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Perfil socioeconômico do Corede Missões.** 2015. Disponível em:

<<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FERNANDES, Sibeli. Multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar: abordagem comparativa entre os municípios de Palmeira das Missões/RS e Rio Claro/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 6.,2015, Presidente Prudente.

**Anais eletrônicos...** Presidente Prudente, Unesp, 2015. Disponível em:

<<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/9/267.pdf>>. Acesso: 20 abr.2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **COREDES- O Perfil**

**Socioeconômico-RS.** Disponível em:<<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FUNK, Fabiana; ALVES, Lucir Reinaldo. **GESTÃO TERRITORIAL DO COREDE**

**MISSÕES:** potencialidades e desafios. 2007. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/137071/1/Silva-Maixner.pdf>>.

Acesso em: 8 out. 2019.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba. v.51, n.1, p. 45-68,

2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n1/03.pdf>>. Acesso em: 26 abr.2019.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 65-88. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2019.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, ATLAS S.A., 2008. cap. 3, p 26-32. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2019.

GOMES, Kely Cristina Paradelo; FERREIRA, Waltencir Alves. **A importância do Pronaf para o pequeno produtor rural**. Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/1359/a-importancia-do-pronaf-para-o-pequeno-produtor-rural>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil Socioeconômico do Corede Missões**. 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>>. Acesso em: 19 abr.2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região das Missões: 2015-2030**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09152209-plano-missoes.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

GUEDES, Terezinha Aparece. **Estatística Descritiva**. 2005. Disponível em: <[http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes\\_etal\\_Estatistica\\_Descritiva.pdf](http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2019.

HAAS, Jaqueline Mallmann. **As Diferenciações e Transformações Sócio-Territoriais no Espaço Agrário das Missões/RS**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8835/JAQUELINEMALLMANNHAAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 maio 2019.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Ilrenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v.6, n.1, p.256-270, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3343/pdf>>. Acesso em: 07 abr.2019.

IBGE. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários: no Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>>. Acesso em: 12 maio 2019.

KAGEYAMA, Angela Antonia. Rural e Ruralidade. In:\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural**. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, UFRGS, 2008. cap.1, p.15-36.

KASPER, Lidiane. **O Pronaf Investimento na Agricultura Familiar em Campina Das Missões – RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Cerro Largo, 2017.

LOPES, Desirée; LOWERY, Sarah; PEROBA, Tiago Luiz Cabral. Crédito Rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro. v.1, n.45, p.155-196, 2016. Disponível em:< [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9354/2/RB%2045\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9354/2/RB%2045_BD.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2019.

MARQUES, C.B; SIEDENBERG, D. R; SANTOS, C.H.S. O Papel Das Políticas Públicas No Desenvolvimento Local- São José Do Norte-RS. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis, v. 12, n.2, pg. 57-64, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3851/1989>>. Acesso em: 05 abr.2019.

MARMILICZ, Simoni Teresinha Jablonski. **A Soja como Estratégia de Reprodução Socioeconômica: O Caso Dos Agricultores Familiares De Guarani Das Missões – RS**. 2013. 117. Dissertação (Geografia e Geociências) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível Em:< [http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/DISSERTAO%20SIMONI\\_T\\_J\\_%20MARMILICZ.pdf](http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/DISSERTAO%20SIMONI_T_J_%20MARMILICZ.pdf)>. Acesso em: 20 out.2019.

MATTEI, et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. IN: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: Conhecimentos para Agricultura do Futuro. 45, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...**Londrina, UEL, 2007. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/mattei-l-waquil-p-schneider-s-conterato-m-a-radomsky-g-f-namizaki-g-niederle-s-uma-analise-dos-impactos-do-pronaf-sobre-as-economias-locais-nas-regioes-nordeste-sudeste-e-norte-do-brasil-trabalho-apresentado-no-xxiv-congresso-da-sober-londrina-parana-julho>>. Acesso em: 7 out. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2018a. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/cr%C3%A9dito-rural-0>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018b. Disponível em< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Crédito Rural**, 2019. Disponível em:< <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>>. Acesso em: 22 out.2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Linhas de crédito**, 2018c. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Pronaf completa 22 anos com números importantes para a história do Programa**. 2018d. Disponível em<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em:< [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas\\_publicas\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MULLER, Ana Luiza. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 abr.2019.

OLALDE, Alicia Ruiz. SANTOS, Isabel de Jesus; SANTOS, Esio Lima. O PRONAF e as desigualdades na agricultura familiar. IN: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: Conhecimentos para Agricultura do Futuro. 45, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...**Londrina, UEL, 2007. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/6/938>>. Acesso em: 7 out. 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Henrique Borges De. In:\_\_\_\_\_. **Notas sobre a História da Agricultura através do Tempo**. MEP, 1989, p.7-8. Disponível em:<<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/09/Notas-sobre-a-hist%C3%B3ria-da-agricultura-atrav%C3%AAs-do-tempo.pdf>>. Acesso em: 18 abr.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ. **Girúá Capital da Produtividade**. 2019. Disponível em:< <https://www.girua.rs.gov.br/site/conteudos/154-capital-da-produtividade>>. Acesso em: 22 out.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUA. **Produtividade de Soja e Milho da Safra 2019 são as maiores da história de Giruá**. 2019. Disponível em:< <https://www.girua.rs.gov.br/site/noticias/agricultura/40195-produtividade-de-soja-e-milho-da-safra-2019-sao-as-maiores-da-historia-de-girua>>. Acesso em: 12 out.2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO XAVIER. **Município**. 2013. Disponível em: <<https://www.portoxavier.rs.gov.br/site/conteudos/198-municipio>>. Acesso em: 5 out.2019.

SANTOS, Stela Mares, GROSSI, Mauro Eduardo Del. O Pronaf e sua Operacionalização na Perspectiva dos Agricultores Familiares e Atores Envolvidos no Processo. **Revista Informe GEPEC**. Toledo. v.21, n.2, p. 82-99, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/15692/12481>>. Acesso em: 28 abr.2019.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Centro Latinoamericano Para El Desarrollo Rural, 2013. Disponível em: <[https://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil\\_ShneiderCassol\\_editado.pdf](https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf)>. Acesso em: 08 abr.2019.

SCHNEIDER, Sergio; GRISA, Catia. In: \_\_\_\_\_. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p.14-19. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 17 abr.2019.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1. ed. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/269576454\\_Historico\\_caracterizacao\\_e\\_dinamica\\_recente\\_do\\_Pronaf\\_-\\_Programa\\_nacional\\_de\\_fortalecimento\\_da\\_agricultura\\_familiar/download](https://www.researchgate.net/publication/269576454_Historico_caracterizacao_e_dinamica_recente_do_Pronaf_-_Programa_nacional_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar/download)>. Acesso em: 05 abr.2019.

SEBRAE. **Produtor de São Paulo das Missões é referência em manejo de gado leiteiro**. 2016. Disponível em: <<https://sebraers.com.br/produtor-rural-de-sao-paulo-das-missoes-e-referencia-nacional-em-manejo-de-gado-leiteiro/>>. Acesso em: 23 out.2019.

SEBRAE. Produtores de leite apresentam resultados sustentáveis na região das Missões. **2019. Disponível em: <<https://sebraers.com.br/produtores-de-leite-apresentam-resultados-sustentaveis-na-regiao-das-missoes/>>. Acesso em: 10 out. 2019.**

SILVA, Diago Marenilson Oliveira Batista Da et al. PRONAF: uma avaliação da Distribuição Regional dos contratos de crédito e seus impactos sobre o desenvolvimento rural do Nordeste Brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa. v.11, n.2, p. 376-396, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Raquel/Downloads/32694-88472-1-PB%20\(11\).pdf](file:///C:/Users/Raquel/Downloads/32694-88472-1-PB%20(11).pdf)>. Acesso em: 27 abr.2019.

SILVAS, Fernanda Faria. **Distribuição de Crédito para Agricultura Familiar: Um estudo do Pronaf a partir de um indicador de Desenvolvimento Rural**. 2006. 250f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós- Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2006%20Fernanda%20Faria%20Silva.pdf>>. Acesso em: 20 out.2019.

SILVA, Isac Gonçalves; SANTOS, José Antônio Gonçalves Dos; OLIVEIRA, Douglas Santos. Análise da Distribuição do Crédito Pronaf entre as Regiões Brasileiras no Período de 2000 a 2010. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: Desafios em gestão, Inovação, Sustentabilidade e Inclusão Social. 56.,2018, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, UNICAMP, 2018. Disponível em: < <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.8/1/9471.pdf>>. Acesso em: 24 abr.2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2019.

SIQUEIRA, Cássio Pereira. **Comportamento do Pronaf nas Regiões Brasileiras**. 2017. 48. (Economia). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em:< [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19498/1/2017\\_C%C3%A1ssioPereiraSiqueira.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19498/1/2017_C%C3%A1ssioPereiraSiqueira.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2019.

SOARES, Ivanilza Formiga; MELO, Alana Candeia de; CHAVES, Alan Dél Carlos Gomes. A AGRICULTURA FAMILIAR: Uma Alternativa para o Desenvolvimento Sustentável no Município De Condado – PB. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Mossoró, v.3, n.1, p.56-63, janeiro/dezembro de 2009. Disponível em:< <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456/477>>. Acesso: 12 abr. 2019.

SOUZA, Paulo Marcelo De et al. A Distribuição dos Contratos de Crédito do Pronaf entre as Unidades da Federação no Período de 1999 a 2010. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.44, n.1, p.27-44, 2013. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/4>>. Acesso em: 06 abr.2019.

SOUZA, Paulo Marcelo De; NEY, Marlon Gomes; Ponciano, Nivaldo José. Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 303–313, 2011. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402011000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402011000300005)>. Acesso em: 5 out. 2019.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Evolução da distribuição de crédito agrícola no Brasil, entre Unidades da Federação, no período 2000 a 2007. IN: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: Desenvolvimento Rural e Sistemas Agroalimentares: Os Agronegócios no Contexto de Integração das Nações. 47, 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**Porto Alegre, UFRGS, 2009. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/13/180.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno e elementos socioeconômicos e culturais. **JURIS**, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 225-245, 2017.

**APÊNDICE A – TABELA DE CONTRATOS INVESTIMENTO PECUÁRIO**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CONTRATOS</b>
Eugênio de Castro	86
Sete de Setembro	93
Caibate	102
Mato Queimado	111
Dezesseis de Novembro	140
São Pedro do Butiá	147
Salvador das Missoes	159
Entre Ijuís	166
Rolador	169
São Luiz Gonzaga	179
Vitória das Missoes	191
Ubiretama	205
São Miguel das Missoes	210
Girua	234
Cerro Largo	240
Bossoroca	243
Guarani das Missoes	266
Garruchos	270
Santo Angelo	329
Santo Antonio das Missoes	335
Pirapó	429
São Nicolau	437
Roque Gonzales	458
São Paulo das Missoes	599
Porto Xavier	611

**APÊNDICE B – TABELA DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CONTRATOS</b>
Dezesseis de Novembro	109
Pirapó	153
Bossoroca	189
Garruchos	191
São Nicolau	195
São Pedro do Butiá	200
Eugênio de Castro	225
Mato Queimado	232
Salvador das Missoes	241
Santo Antonio das Missoes	242
Rolador	244
Caibate	297



Sete de Setembro	328
Vitória das Missoes	345
Porto Xavier	358
São Luiz Gonzaga	369
Ubiretama	395
Cerro Largo	403
São Miguel das Missoes	410
Roque Gonzales	593
São Paulo das Missoes	602
Guarani das Missoes	812
Entre Ijuis	854
Santo Angelo	1005
Girua	1156

### APÊNDICE C – TABELA DE CONTRATOS DE CUSTEIO PECUARIO

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>CONTRATOS</b>
Dezesseis de Novembro	225
São Luiz Gonzaga	229
Rolador	313
Mato Queimado	395
Caibaté	398
Garruchos	432
Bossoroca	509
Santo Antônio das Missões	538
São Nicolau	550
Pirapó	553
Vitória das Missões	557
Sete de Setembro	566
Salvador das Missões	580
São Pedro do Butiá	601
Eugênio de Castro	849
São Miguel das Missões	942
Ubiretama	1.259
Entre Ijuis	1.264
Cerro Largo	1.302
Porto Xavier	1.314
Guarani das Missões	1.324
Roque Gonzales	1.334
Santo Ângelo	1.341
Girua	1770
São Paulo das Missões	2.065

## APÊNDICE D – TABELA DE CONTRATOS DE CUSTEIO AGRÍCOLA

MUNICÍPIO	CONTRATOS
Dezesseis de Novembro	388
Garruchos	372
Pirapó	587
São Nicolau	652
Santo Antônio das Missoes	789
Bossoroca	970
Rolador	1347
Caibate	1538
Porto Xavier	1580
São Luiz Gonzaga	1629
Mato Queimado	1669
Eugênio de Castro	1804
Vitória das Missões	1846
São Pedro do Butia	1884
Salvador das Missoes	1888
São Miguel das Missoes	1952
Sete de Setembro	2258
Roque Gonzales	2560
São Paulo das Missões	2888
Ubiretama	2906
Cerro Largo	3500
Entre Ijuís	3917
Guarani das Missões	5.619
Santo Ângelo	6093
Giruí	6365

## APÊNDICE E – TABELA CUSTEIO PECUÁRIO

Municípios	2013	Municípios	2014	Municípios	2015	Municípios	2016	Municípios	2017	Municípios	2018
Dezesseis de Novembro	308,60	São Luiz Gonzaga	412,62	Bossoroca	477,13	Bossoroca	504,32	Bossoroca	733,51	Dezesseis de Novembro	882,09
Bossoroca	513,77	Bossoroca	451,05	São Luiz Gonzaga	709,57	Dezesseis de Novembro	637,96	Dezesseis de Novembro	780,18	Bossoroca	1.003,376
Caibaté	700,78	Mato Queimado	532,21	Dezesseis de Novembro	716,21	São Luiz Gonzaga	771,05	São Luiz Gonzaga	889,14	Sete de Setembro	1.016,314
	4,4		7,7		8,8		5,5		6,6		,03

Mato Queimado	710 .14 2,5 8	Rolador	682 .21 6,6 4	Mato Queimado	899 .61 8,5 6	Mato Queimado	992 .71 1,0 5	Sete de Setembro	951 .72 9,2 0	São Nicolau	1.0 85. 442 ,93
Sete de Setembro	903 .23 8,4 6	Santo Antonio das Missões	758 .40 3,5 5	Rolador	941 .86 6,8 0	Sete de Setembro	1.0 78. 186 ,09	Mato Queimado	1.2 49. 545 ,80	São Luiz Gonzaga	1.1 04. 467 ,90
Rolador	972 .72 0,4 5	Sete de Setembro	951 .88 4,1 7	Caibaté	968 .47 5,2 2	Caibaté	1.2 10. 621 ,49	Caibaté	1.3 22. 831 ,22	Santo Antonio das Missões	1.3 81. 720 ,47
Pirapós	1.5 13. 020 ,81	Pirapós	1.0 64. 236 ,66	Santo Antonio das Missões	1.1 21. 132 ,23	Pirapós	1.2 88. 202 ,32	São Nicolau	1.3 67. 038 ,90	Vitória das Missões	1.4 84. 829 ,45
Entre Ijuís	1.9 11. 916 ,47	São Pedro Butia	1.1 46. 244 ,07	Sete de Setembro	1.1 70. 051 ,01	Vitória das Missões	1.3 50. 935 ,70	Garruchos	1.4 39. 617 ,69	Mato Queimado	1.5 99. 082 ,52
Vitória das Missões	1.9 82. 127 ,31	Garruchos	1.3 67. 175 ,92	São Pedro Butia	1.2 72. 032 ,31	Rolador	1.3 99. 587 ,83	Vitória das Missões	1.4 81. 464 ,81	Caibaté	1.6 47. 980 ,61
Porto Xavier	2.2 68. 541 ,89	São Nicolau	1.4 59. 138 ,04	Pirapós	1.5 07. 552 ,33	Santo Antonio das Missões	1.4 23. 031 ,97	Rolador	1.5 57. 170 ,85	Rolador	1.6 58. 388 ,47
Ubiretama	2.5 99. 181 ,83	Eugênio de Castro	1.5 24. 594 ,79	Eugênio de Castro	1.5 71. 174 ,03	São Pedro Butia	1.4 73. 800 ,14	Pirapós	1.5 71. 268 ,68	Garruchos	1.6 75. 322 ,00
São Pedro Butia	2.7 83. 236 ,63	Porto Xavier	1.6 24. 535 ,00	Vitória das Missões	1.6 14. 225 ,39	Garruchos	1.5 75. 276 ,51	Santo Antonio das Missões	1.8 47. 519 ,59	Salvador das Missões	1.8 92. 951 ,04
Eugênio de Castro	2.9 39. 839 ,05	Caibaté	1.7 17. 877 ,37	Garruchos	1.6 55. 834 ,86	São Nicolau	1.7 61. 255 ,14	São Pedro Butia	1.9 45. 762 ,48	São Pedro Butia	1.8 95. 592 ,76
Cerro Largo	2.9 43. 030 ,74	Dezesseis de Novembro	1.8 62. 540 ,15	São Miguel das Missões	1.9 22. 164 ,02	Salvador das Missões	1.7 92. 334 ,01	Eugênio de Castro	1.9 76. 830 ,52	Eugênio de Castro	2.1 33. 108 ,64
Guarani das Missões	3.1 91. 680 ,11	São Miguel das Missões	2.0 29. 553 ,75	São Nicolau	1.9 44. 569 ,45	São Miguel das Missões	1.9 54. 728 ,28	Salvador das Missões	2.1 40. 687 ,45	Pirapós	2.2 08. 474 ,39
São Nicolau	3.4 04. 163 ,48	Roque Gonzales	2.2 01. 946 ,69	Porto Xavier	2.0 62. 744 ,72	Eugênio de Castro	1.9 73. 867 ,61	Guarani das Missões	2.4 07. 700 ,84	São Miguel das Missões	2.2 37. 216 ,47

São Luiz Gonzaga	3.4 98. 197 ,63	Vitória das Missões	2.5 72. 224 ,26	Roque Gonzales	2.6 75. 926 ,41	Guarani das Missões	2.3 50. 142 ,84	São Miguel das Missões	2.5 39. 218 ,04	Entre Ijuis	2.6 39. 062 ,79
Roque Gonzales	3.7 93. 393 ,78	Guarani das Missões	2.6 24. 204 ,07	Guarani das Missões	2.8 63. 191 ,57	Porto Xavier	2.4 68. 960 ,69	Porto Xavier	2.9 05. 032 ,70	Ubiretama	2.7 21. 998 ,94
Santo Angelo	3.8 81. 864 ,84	Entre Ijuis	2.6 43. 664 ,94	Ubiretama	2.9 84. 291 ,17	Ubiretama	2.7 12. 570 ,45	Ubiretama	3.0 09. 900 ,91	Guarani das Missões	2.7 94. 020 ,18
São Paulo das Missões	4.0 52. 612 ,60	Ubiretama	2.8 46. 817 ,46	Santo Angelo	3.3 28. 348 ,30	Roque Gonzales	3.0 20. 281 ,12	Entre Ijuis	3.1 96. 431 ,77	Porto Xavier	3.1 04. 728 ,03
Girua	4.9 60. 196 ,57	Santo Angelo	3.2 12. 961 ,06	Entre Ijuis	3.3 66. 263 ,69	Entre Ijuis	3.1 36. 501 ,47	Roque Gonzales	3.7 91. 408 ,08	Santo Angelo	3.7 71. 791 ,26
Salvador das Missões	5.1 04. 276 ,82	Cerro Largo	3.6 84. 883 ,90	Cerro Largo	3.5 34. 524 ,50	Santo Angelo	3.6 08. 197 ,61	Santo Angelo	3.9 52. 164 ,60	Cerro Largo	4.1 08. 256 ,31
Garruchos	5.5 98. 881 ,24	São Paulo das Missões	4.0 59. 390 ,39	Girua	3.8 85. 664 ,40	Cerro Largo	3.6 35. 175 ,59	Cerro Largo	4.0 28. 980 ,96	Roque Gonzales	4.8 76. 132 ,29
Santo Antonio das Missões	9.1 35. 178 ,54	Girua	4.4 92. 504 ,41	São Paulo das Missões	4.8 14. 941 ,65	Girua	3.8 65. 277 ,21	Girua	5.0 89. 667 ,08	Girua	4.9 88. 089 ,59
São Miguel das Missões	11. 466 .40 5,2 3	Salvador das Missões	5.0 64. 819 ,97	Salvador das Missões	7.9 22. 467 ,68	São Paulo das Missões	5.1 23. 089 ,72	São Paulo das Missões	5.9 26. 201 ,76	São Paulo das Missões	6.2 18. 075 ,70
<b>Total</b>	<b>81. 137 .01 6,4 6</b>	<b>50. 987 .70 6,6 8</b>	<b>55. 929 .98 3,1 8</b>	<b>51. 108 .09 0,2 4</b>	<b>58. 101 .01 6,0 7</b>	<b>60. 128 .51 4,0 0</b>					

## APÊNDICE F – TABELA CUSTEIO AGRÍCOLA

Município	2013	Município	2014	Município	2015	Município	2016	Município	2017	Município	2018
o1		o2		o3		o4		o5		o6	
Dezesseis de Novembro	915.806,83	Dezesseis de Novembro	1.195.646,57	Dezesseis de Novembro	1.064.417,30	Dezesseis de Novembro	1.203.164,09	Dezesseis de Novembro	1.045.328,08	Bosoroca	4.163.996,00

<b>Pira pó</b>	1.569.440,73	<b>Pira pó</b>	1.994.309,81	<b>Porto Xavier</b>	1.991.306,19	<b>Pira pó</b>	2.394.546,38	<b>Garruchos</b>	2.100.811,22	<b>Dezesseis de Novembro</b>	981.974,67
<b>Porto Xavier</b>	1.804.255,39	<b>Porto Xavier</b>	2.037.948,05	<b>Pira pó</b>	2.020.408,14	<b>Porto Xavier</b>	2.556.781,08	<b>Pira pó</b>	2.101.507,54	<b>Pira pó</b>	2.281.569,76
<b>Garruchos</b>	1.983.821,57	<b>Garruchos</b>	2.201.723,87	<b>Garruchos</b>	2.342.110,72	<b>Garruchos</b>	2.679.816,12	<b>Porto Xavier</b>	2.427.151,59	<b>São Nicolau</b>	2.441.669,28
<b>Bosoroca</b>	3.060.758,90	<b>Bosoroca</b>	3.513.617,60	<b>Bosoroca</b>	3.330.210,33	<b>São Nicolau</b>	3.406.663,67	<b>São Nicolau</b>	3.239.239,45	<b>Garruchos</b>	2.723.157,67
<b>São Pedro do Butiá</b>	3.181.351,38	<b>São Nicolau</b>	3.563.736,44	<b>São Nicolau</b>	3.369.852,56	<b>Bosoroca</b>	3.988.953,61	<b>Bosoroca</b>	4.016.874,72	<b>Porto Xavier</b>	2.798.473,34
<b>São Nicolau</b>	3.291.212,46	<b>São Pedro do Butiá</b>	3.900.690,53	<b>São Pedro do Butiá</b>	4.261.771,91	<b>Rolador</b>	4.915.997,26	<b>São Pedro do Butiá</b>	5.057.194,55	<b>Rolador</b>	2.798.473,34
<b>Rolador</b>	3.333.757,50	<b>Rolador</b>	4.012.895,48	<b>Rolador</b>	4.578.921,34	<b>São Pedro do Butiá</b>	5.074.195,68	<b>Salvador das Missões</b>	5.082.307,82	<b>Mato Queimado</b>	5.110.701,16
<b>Mato Queimado</b>	3.864.765,11	<b>Santo Antônio das Missões</b>	4.568.730,62	<b>Mato Queimado</b>	5.109.992,09	<b>São Paulo das Missões</b>	5.914.222,35	<b>Rolador</b>	5.154.068,45	<b>São Miguel das Missões</b>	5.453.558,58
<b>Santo Antônio das Missões</b>	3.931.524,36	<b>Mato Queimado</b>	4.735.307,30	<b>Santo Antônio das Missões</b>	5.322.055,85	<b>Mato Queimado</b>	5.940.249,42	<b>Ubiratama</b>	5.293.905,42	<b>Salvador das Missões</b>	5.582.517,06
<b>Ubiratama</b>	4.267.240,61	<b>São Paulo das Missões</b>	4.887.399,70	<b>São Paulo das Missões</b>	5.337.141,27	<b>São Miguel das Missões</b>	6.188.085,59	<b>Mato Queimado</b>	5.586.106,65	<b>São Pedro do Butiá</b>	5.799.725,01
<b>São Miguel das Missões</b>	4.299.031,91	<b>Ubiratama</b>	4.944.468,69	<b>São Miguel das Missões</b>	5.636.416,86	<b>Santo Antônio das Missões</b>	6.196.561,36	<b>São Paulo das Missões</b>	5.633.928,85	<b>São Paulo das Missões</b>	6.043.912,83

<b>São Paulo das Missões</b>	4.337.905,19	<b>São Miguel das Missões</b>	4.974.343,88	<b>Ubiratama</b>	5.644.574,38	<b>Ubiratama</b>	6.267.110,29	<b>Sete de Setembro</b>	6.209.681,81	<b>Ubiratama</b>	6.070.623,03
<b>Vitória das Missões</b>	4.562.059,55	<b>Roque Gonzales</b>	6.006.785,72	<b>Roque Gonzales</b>	6.307.209,12	<b>Sete de Setembro</b>	7.051.225,32	<b>São Miguel das Missões</b>	6.302.020,55	<b>Caibate</b>	6.342.601,68
<b>Roque Gonzales</b>	5.379.682,41	<b>Vitória das Missões</b>	6.163.565,57	<b>Vitória das Missões</b>	6.310.165,87	<b>Roque Gonzales</b>	7.446.297,55	<b>Santo Antônio das Missões</b>	6.446.562,68	<b>Santo Antônio das Missões</b>	6.624.707,99
<b>Sete de Setembro Caibate</b>	5.564.682,22	<b>Sete de Setembro Caibate</b>	6.375.611,19	<b>Caibate</b>	6.762.773,40	<b>Vitória das Missões Caibate</b>	7.604.864,49	<b>Caibate</b>	6.994.828,58	<b>Sete de Setembro Caibate</b>	7.053.478,96
<b>Caibate</b>	5.677.899,77	<b>Caibate</b>	6.516.371,17	<b>Sete de Setembro Caibate</b>	7.157.347,44	<b>Caibate</b>	7.760.274,15	<b>Roque Gonzales</b>	7.281.754,90	<b>Roque Gonzales</b>	7.275.632,18
<b>Salvador das Missões Cerrito Largo</b>	5.846.418,05	<b>Cerrito Largo</b>	6.714.929,67	<b>Cerrito Largo</b>	7.448.005,28	<b>Eugênio de Castro São Luiz Gonzaga</b>	8.513.703,68	<b>Vitória das Missões Cerrito Largo</b>	7.329.224,84	<b>Vitória das Missões Cerrito Largo</b>	7.393.484,15
<b>Cerrito Largo</b>	6.074.106,00	<b>Eugênio de Castro</b>	7.097.127,60	<b>Eugênio de Castro</b>	7.795.573,32	<b>São Luiz Gonzaga</b>	8.635.602,80	<b>Cerrito Largo</b>	7.991.187,49	<b>Cerrito Largo</b>	8.522.854,77
<b>Eugênio de Castro</b>	6.195.806,36	<b>Salvador das Missões</b>	10.972.995,99	<b>Salvador das Missões</b>	9.541.131,15	<b>Salvador das Missões</b>	11.853.054,95	<b>São Luiz Gonzaga</b>	8.125.902,20	<b>Eugênio de Castro</b>	8.798.635,52
<b>Entre Ijuís</b>	11.138.098,72	<b>Entre Ijuís</b>	13.724.538,16	<b>Entre Ijuís</b>	15.161.213,79	<b>Cerrito Largo</b>	13.215.610,00	<b>Eugênio de Castro</b>	8.184.036,68	<b>São Luiz Gonzaga</b>	10.021.296,36
<b>Guarani das Missões</b>	13.462.650,09	<b>Guarani das Missões</b>	14.574.029,11	<b>Guarani das Missões</b>	15.345.874,31	<b>Entre Ijuís</b>	16.775.775,99	<b>Entre Ijuís</b>	14.854.570,10	<b>Entre Ijuís</b>	14.455.285,34
<b>São Luiz Gonzaga</b>	15.239.815,76	<b>São Luiz Gonzaga</b>	16.607.498,55	<b>São Luiz Gonzaga</b>	17.674.771,29	<b>Guarani das Missões</b>	17.018.378,70	<b>Guarani das Missões</b>	15.602.187,54	<b>Guarani das Missões</b>	17.017.245,76

<b>Santo Ângelo</b>	16.526 .968,6 1	<b>Santo Ângelo</b>	19.222 .068,3 1	<b>Santo Ângelo</b>	20.109 .296,2 7	<b>Santo Ângelo</b>	23.447 .517,2 0	<b>Santo Ângelo</b>	22.532 .900,3 3	<b>Santo Ângelo</b>	22.791 .467,7 5	
<b>Girua</b>	19.324 .617,0 0	<b>Girua</b>	23.231 .132,2 3	<b>Girua</b>	24.115 .189,5 1	<b>Girua</b>	26.275 .377,9 1	<b>Girua</b>	26.663 .052,4 6	<b>Girua</b>	28.001 .535,1 3	
<b>Total</b>	<b>154.83</b>	<b>183.73</b>	<b>193.73</b>	<b>212.32</b>	<b>191.25</b>	<b>196.54</b>	<b>3.676,48</b>	<b>7.471,81</b>	<b>7.729,69</b>	<b>4.029,64</b>	<b>6.334,50</b>	<b>8.577,32</b>

## APÊNDICE G – TABELA INVESTIMENTO AGRÍCOLA

Municípios	2013	Municípios	2014	Municípios	2015	Municípios	2016	Municípios	2017	Municípios	2018
Bossoroca	<b>582</b> .40 4,3 1	Bossoroca	<b>820</b> .95 5,8 7	Bossoroca	<b>743</b> .88 6,2 5	Bossoroca	<b>1.2</b> 37. 286 ,34	Bossoroca	<b>945</b> .80 8,6 1	Bossoroca	<b>2.10</b> 3.22 7,15
Caibate	<b>1.2</b> 69. 091 ,87 2.3	Caibate	<b>1.5</b> 06. 478 ,47 2.5	Caibate	<b>1.5</b> 58. 770 ,32 1.4	Caibate	<b>1.8</b> 50. 465 ,55 1.6	Caibate	<b>2.3</b> 98. 738 ,73 2.8	Caibate	<b>4.25</b> 8.51 5,91 4.03
	<b>97.</b> 573 ,83	Cerro Largo	<b>90.</b> 190 ,03	Cerro Largo	<b>08.</b> 717 ,85	Cerro Largo	<b>70.</b> 829 ,69	Cerro Largo	<b>63.</b> 040 ,14	Cerro Largo	<b>5.93</b> 0,78
Dezesseis de Novembro	<b>738</b> .10 0,8 8	Dezesseis de Novembro	<b>741</b> .68 6,2 4	Dezesseis de Novembro	<b>484</b> .46 1,8 4	Dezesseis de Novembro	<b>253</b> .82 5,0 0	Dezesseis de Novembro	<b>401</b> .33 2,6 3	Dezesseis de Novembro	<b>514.</b> 763, 54
Entre-Ijuis	<b>6.5</b> 76. 621 ,48	Entre-Ijuis	<b>7.8</b> 28. 555 ,69	Entre-Ijuis	<b>4.4</b> 47. 940 ,32	Entre-Ijuis	<b>4.9</b> 46. 115 ,72	Entre-Ijuis	<b>3.5</b> 67. 402 ,07	Entre-Ijuis	<b>4.52</b> 3.04 4,89
Eugênio de Castro	<b>1.9</b> 22. 715 ,68	Eugênio de Castro	<b>1.8</b> 19. 288 ,84	Eugênio de Castro	<b>1.6</b> 73. 741 ,93	Eugênio de Castro	<b>1.2</b> 05. 011 ,98	Eugênio de Castro	<b>1.3</b> 46. 346 ,60	Eugênio de Castro	<b>2.55</b> 5.19 6,22
Garruchos	<b>631</b> .45 3,6 6	Garruchos	<b>895</b> .06 4,9 6	Garruchos	<b>146</b> .98 0,0 1	Garruchos	<b>256</b> .52 1,4 8	Garruchos	<b>373</b> .11 0,0 0	Garruchos	<b>454.</b> 644, 80
Girua	<b>6.4</b> 14. 752 ,68	Girua	<b>8.2</b> 86. 831 ,87	Girua	<b>4.3</b> 97. 635 ,19	Girua	<b>5.1</b> 33. 377 ,74	Girua	<b>6.4</b> 40. 237 ,68	Girua	<b>8.44</b> 4.43 1,36
Guarani das Missões	<b>4.1</b> 54. 313 ,40	Guarani das Missões	<b>4.8</b> 82. 993 ,27	Guarani das Missões	<b>2.8</b> 26. 006 ,82	Guarani das Missões	<b>3.9</b> 67. 249 ,66	Guarani das Missões	<b>3.6</b> 28. 636 ,02	Guarani das Missões	<b>7.66</b> 2.87 5,07
Mato Queimado	<b>2.6</b> 03. 573 ,78	Mato Queimado	<b>4.6</b> 22. 932 ,64	Mato Queimado	<b>1.0</b> 25. 268 ,50	Mato Queimado	<b>1.5</b> 29. 702 ,35	Mato Queimado	<b>1.2</b> 51. 291 ,30	Mato Queimado	<b>2.92</b> 8.99 6,41
Pirapó	<b>638</b> .05	Pirapó	<b>1.0</b> 57.	Pirapó	<b>611</b> .84	Pirapó	<b>945</b> .89	Pirapó	<b>512</b> .49	Pirapó	<b>1.37</b> 1.87 0,49

	2,0		849		6,9		5,4		4,7		
	2		,02		1		5		3		
Porto Xavier	1.0	Porto Xavier	1.1	Porto Xavier	1.0	Porto Xavier	784	Porto Xavier	1.9	Porto Xavier	1.57
	07.		16.		20.		.50		22.		9.24
	026		100		114		8,2		231		7,68
	,50		,81		,20		4		,93		
Rolador	1.6	Rolador	2.3	Rolador	1.0	Rolador	1.2	Rolador	2.0	Rolador	2.87
	11.		15.		59.		10.		42.		4.75
	018		060		383		466		759		1,22
	,55		,95		,75		,72		,00		
Roque Gonzales	2.4	Roque Gonzales	2.8	Roque Gonzales	2.3	Roque Gonzales	2.4	Roque Gonzales	2.3	Roque Gonzales	4.22
	78.		62.		48.		28.		33.		0.97
	844		308		990		456		244		6,07
	,67		,05		,91		,49		,60		
Salvador das Missoes	1.4	Salvador das Missoes	1.4	Salvador das Missoes	1.5	Salvador das Missoes	13.	Salvador das Missoes	2.7	Salvador das Missoes	2.75
	12.		39.		05.		854		57.		0.21
	113		533		514		.45		167		7,91
	,18		,68		,05		5,8		,94		
							0				
Santo Angelo	6.7	Santo Angelo	6.3	Santo Angelo	4.5	Santo Angelo	4.6	Santo Angelo	5.0	Santo Angelo	10.3
	32.		15.		90.		25.		68.		30.7
	687		019		570		912		576		38,2
	,90		,05		,98		,22		,66		5
Santo Antonio das Missoes	1.4	Santo Antonio das Missoes	1.8	Santo Antonio das Missoes	1.5	Santo Antonio das Missoes	9.7	Santo Antonio das Missoes	1.6	Santo Antonio das Missoes	2.21
	67.		21.		97.		57.		63.		7.53
	376		457		466		974		228		4,43
	,31		,14		,25		,99		,26		
São Luiz Gonzaga	1.8	São Luiz Gonzaga	7.1	São Luiz Gonzaga	1.6	São Luiz Gonzaga	1.2	São Luiz Gonzaga	1.3	São Luiz Gonzaga	21.1
	15.		25.		15.		29.		92.		75.9
	351		657		490		967		868		15,3
	,25		,61		,15		,21		,00		4
São Miguel das Missoes	2.0	São Miguel das Missoes	3.0	São Miguel das Missoes	1.7	São Miguel das Missoes	1.3	São Miguel das Missoes	2.2	São Miguel das Missoes	2.22
	55.		24.		88.		83.		46.		2.77
	512		217		357		246		336		0,21
	,85		,86		,42		,14		,05		
São Nicolau	1.2	São Nicolau	1.0	São Nicolau	296	São Nicolau	1.0	São Nicolau	540	São Nicolau	8.94
	23.		79.		.35		64.		.81		0.84
	686		313		2,6		686		6,9		7,27
	,47		,72		3		,93		2		
São Paulo das Missoes	3.1	São Paulo das Missoes	2.2	São Paulo das Missoes	2.1	São Paulo das Missoes	1.9	São Paulo das Missoes	2.6	São Paulo das Missoes	2.40
	76.		94.		62.		56.		67.		2.03
	876		301		508		238		378		3,78
	,49		,00		,16		,31		,65		
São Pedro do Butiá	975	São Pedro do Butiá	1.4	São Pedro do Butiá	1.1	São Pedro do Butiá	1.0	São Pedro do Butiá	1.5	São Pedro do Butiá	2.89
	.50		36.		25.		31.		98.		4.30
	5,9		468		095		303		831		6,95
	7		,37		,99		,90		,00		
Sete de Setembro	2.3	Sete de Setembro	1.6	Sete de Setembro	1.4	Sete de Setembro	1.2	Sete de Setembro	1.2	Sete de Setembro	3.66
	67.		95.		17.		91.		64.		6.38
	462		806		043		848		784		5,01
	,34		,71		,95		,37		,82		
Ubiretama	1.6	Ubiretama	3.1	Ubiretama	1.4	Ubiretama	2.5	Ubiretama	2.2	Ubiretama	4.77
	92.		28.		17.		51.		49.		3.14
	305		180		043		603		913		1,02
	,85		,19		,95		,79		,63		



Vitória das Missoes	1.787,15	Vitória das Missoes	2.708,15	Vitória das Missoes	2.533,45	Vitória das Missoes	1.762,27	Vitória das Missoes	2.382,50	Vitória das Missoes	2.932,57
Total	57.731,436,71		73.415,196,19		43.802,396,78		67.929,822,34		53.859,034,47		111.834,938,89

## APÊNDICE H – TABELA INVESTIMENTO PECUÁRIO

Municípios	2013	Municípios	2014	Municípios	2015	Municípios	2016	Municípios	2017	Municípios	2018
Bossoroca	884,530,29	Bossoroca	594,942,47	Bossoroca	426,983,40	Bossoroca	224,299,00	Bossoroca	570,491,48	Bossoroca	825,964,57
Caibate	373,595,58	Caibate	523,290,54	Caibate	278,438,52	Caibate	300,513,30	Caibate	513,677,00	Caibate	596,878,02
Cerro Largo	1.201,183,75	Cerro Largo	888,217,56	Cerro Largo	835,290,01	Cerro Largo	735,442,61	Cerro Largo	1.888,193,39	Cerro Largo	940,034,34
Dezesseis de Novembro	602,174,03	Dezesseis de Novembro	854,649,58	Dezesseis de Novembro	920,238,24	Dezesseis de Novembro	488,842,96	Dezesseis de Novembro	545,461,00	Dezesseis de Novembro	1.020,218,00
Entre Ijuis	626,712,68	Entre Ijuis	578,112,01	Entre Ijuis	744,832,59	Entre Ijuis	264,559,61	Entre Ijuis	200,405,75	Entre Ijuis	220,431,90
Eugênio de Castro	420,524,74	Eugênio de Castro	443,837,08	Eugênio de Castro	425,860,30	Eugênio de Castro	560,465,00	Eugênio de Castro	184,957,50	Eugênio de Castro	389,388,81
Garruchos	1.221,838,47	Garruchos	1.917,287,50	Garruchos	1.200,196,97	Garruchos	494,003,54	Garruchos	811,450,00	Garruchos	287,000,00
Girua	1.448,314,25	Girua	681,940,23	Girua	442,577,50	Girua	588,900,24	Girua	584,042,20	Girua	996,519,32
Guarani das Missoes	1.294,95416	Guarani das Missoes	761,839,10	Guarani das Missoes	362,325,07	Guarani das Missoes	472,664,07	Guarani das Missoes	587,193,13	Guarani das Missoes	981,761,54
Mato Queimado	416,991,82	Mato Queimado	692,171,26	Mato Queimado	256,527,50	Mato Queimado	208,068,14	Mato Queimado	390,587,63	Mato Queimado	254,130,00
Pirapó	1.422,639,78	Pirapó	2.501,778,28	Pirapó	1.183,156,81	Pirapó	607,815,22	Pirapó	1.309,855,55	Pirapó	1.574,199,36

Porto Xavier	1.0 17. 464 ,86	Porto Xavier	2.1 64. 761 ,56	Porto Xavier	2.8 15. 339 ,95	Porto Xavier	1.0 92. 002 ,40	Porto Xavier	2.2 39. 208 ,28	Porto Xavier	4.5 94. 762 ,72
Rolador	548 .02 8,1 0	Rolador	273 .89 3,0 1	Rolador	384 .90 0,0 0	Rolador	302 .25 0,0 0	Rolador	237 .00 0,0 0	Rolador	400 .44 6,7 5
Roque Gonzales	1.3 51. 256 ,93	Roque Gonzales	2.0 17. 815 ,59	Roque Gonzales	1.7 74. 546 ,35	Roque Gonzales	1.2 44. 651 ,38	Roque Gonzales	2.1 34. 780 ,25	Roque Gonzales	1.7 40. 650 ,03
Salvador das Missoes	925 .99 2,0 1	Salvador das Missoes	944 .45 0,7 9	Salvador das Missoes	683 .76 8,3 9	Salvador das Missoes	468 .51 0,1 7	Salvador das Missoes	1.5 13. 498 ,57	Salvador das Missoes	2.3 20. 270 ,09
Santo Angelo	1.5 81. 961 ,44	Santo Angelo	1.3 65. 674 ,44	Santo Angelo	873 .66 8,1 8	Santo Angelo	707 .73 5,7 6	Santo Angelo	1.0 17. 397 ,50	Santo Angelo	1.7 02. 575 ,80
Santo Antonio das Missoes	1.6 91. 211 ,77	Santo Antonio das Missoes	1.1 95. 597 ,90	Santo Antonio das Missoes	1.4 16. 374 ,26	Santo Antonio das Missoes	1.7 46. 701 ,71	Santo Antonio das Missoes	966 .89 4,0 0	Santo Antonio das Missoes	1.1 06. 052 ,58
São Luiz Gonzaga	1.2 01. 658 ,27	São Luiz Gonzaga	653 .01 5,8 2	São Luiz Gonzaga	498 .02 6,0 0	São Luiz Gonzaga	165 .60 0,7 4	São Luiz Gonzaga	357 .60 0,0 0	São Luiz Gonzaga	635 .69 9,9 7
São Miguel das Missoes	788 .89 0,0 4	São Miguel das Missoes	1.0 27. 761 ,32	São Miguel das Missoes	773 .64 4,4 7	São Miguel das Missoes	467 .63 2,6 9	São Miguel das Missoes	289 .25 8,7 5	São Miguel das Missoes	922 .91 3,0 4
São Nicolau	1.3 21. 329 ,87	São Nicolau	3.6 02. 271 ,29	São Nicolau	2.9 45. 607 ,39	São Nicolau	1.5 30. 339 ,83	São Nicolau	831 .41 8,3 6	São Nicolau	1.0 09. 783 ,79
São Paulo das Missoes	1.6 56. 062 ,36	São Paulo das Missoes	2.3 55. 845 ,93	São Paulo das Missoes	1.4 10. 444 ,68	São Paulo das Missoes	1.4 14. 468 ,83	São Paulo das Missoes	2.5 64. 607 ,12	São Paulo das Missoes	2.7 34. 424 ,72
São Pedro do Butiá Sete de Setembro	920 .76 0,4 9 442 .68 6,8 9	São Pedro do Butiá Sete de Setembro	564 .26 5,9 2 66. 106 ,75	São Pedro do Butiá Sete de Setembro	682 .31 4,5 4 454 .09 6,0 1	São Pedro do Butiá Sete de Setembro	774 .86 8,0 0 184 .67 7,4 9	São Pedro do Butiá Sete de Setembro	1.2 17. 488 ,00 586 .45 0,0 0	São Pedro do Butiá Sete de Setembro	755 .47 8,8 0 304 .11 9,9 5
Ubiretama	1.1 42. 498 ,66	Ubiretama	717 .07 8,6 4	Ubiretama	382 .51 6,5 0	Ubiretama	639 .06 3,0 0	Ubiretama	682 .35 5,2 3	Ubiretama	742 .72 2,0 0
Vitória das Missoes	922 .50 3,3 9	Vitória das Missoes	1.4 27. 262 ,08	Vitória das Missoes	480 .61 8,9 3	Vitória das Missoes	298 .72 9,4 1	Vitória das Missoes	30. 985 ,70	Vitória das Missoes	50. 000 ,00

total	25.	28.	22.	15.	22.	27.
	424	813	652	982	255	106
	.94	.86	.29	.80	.88	.42
	0,4	6,6	2,5	7,3	2,3	6,1
	2	5	6	3	9	0